



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1981

TERÇA-FEIRA

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO CORREIA DE FREITAS, ocorrido em data de hoje, nesta Capital.

O extinto, exemplo de bondade, dignidade e honradez, com seu passamento causou enorme consternação àqueles que conheciam as suas excepcionais qualidades como chefe de família, e aos amigos da Cidade de Paranaguá, onde residia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Dr. Amosís Correia Defreitas, à Rua Coronel Joaquim de Lacerda, n.º 922, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Beraldo, ocorrido dia 12 pp. em Campo Largo.

Outrossim, aprovado o mesmo, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa de seu filho, Sr. Renato Celso Beraldo, residente à Rua Xavier da Silva, n.º 999, naquele município.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Rev. HIDESATO TAMURA, Pastor da Igreja Evangélica Holiness, ocorrido no dia 12 de abril transato.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana e paranaense que muito foi beneficiada pelo consagrado Líder espiritual.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão à família enlutada e à Igreja Evangélica Holiness, sediada à Travessa Ângelo Piazzeta, 65, Cristo Rei, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO CORREIA DE FREITAS, ocorrido hoje nesta Capital.

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 15/81.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, o registro de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Heloísa Fabris Soares, ocorrido dia 12 pp. em Campo Largo.

Outrossim, requer, aprovado o presente, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa do Sr. Eurico S. Pinto, residente à Rua Barão do Rio Branco, n.º 1402, naquele município.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO
TÉRCIO ALBUQUERQUE e
AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um "VOTO DE APLAUSOS" à ASSOCIAÇÃO TAGLIARI de Campo Mourão, representante do Paraná, na VIII Taça Brasil de Futebol de Salão que está sendo realizada em Curitiba-MT.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO TAGLIARI de Campo Mourão é bicampeã de Futebol de Salão Paranaense e vem valorizando o esporte amador em nosso Estado.

Hoje, como representante do Paraná na VIII Taça Brasil de Futebol de Salão, merece os aplausos do Poder Legislativo, por sua garra, raça e brilhantismo com que defende o Estado naquela competição, honrando a todos nós.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos um "VOTO DE APLAUSOS", a ANTÔNIO SENA pelo lançamento de seu Livro "O PORCENTEIRO", em Goioerê, no dia 25 de abril do corrente ano.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao mesmo.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Dr. Antônio Sena é advogado, militante na Comarca de Goioerê, jovem brilhante, estudioso dos problemas da terra e profundo conhecedor dos problemas afetos à sua região.

Com o lançamento de seu Livro "O PORCENTEIRO", Antônio Sena vem enriquecer a literatura paranaense, e a presente solicitação nada mais é do que valorizar os homens deste Estado que através das letras buscam trazer luzes àqueles que lutam, trabalham e honram o Paraná.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente às autoridades abaixo mencionadas, no sentido de que seja implantada uma Escola de 2.º grau com edificações próprias no Conjunto Residencial Santa Efigênia, nesta Capital.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores GAL. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, e ao doutor EDSON MACHADO DE SOUZA, digníssimo Secretário de Estado da Educação, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Residencial Santa Efigênia, localizado no Bairro da Barreirinha, tem hoje 740 casas residenciais, 3 blocos contendo 120 apartamentos no Conjunto Residencial Santa Efigênia II, e mais 10 blocos contendo 440 apartamentos, perfazendo um total de 1.300 residências oficiais, com uma população estimada em mais de 6.000 habitantes, que é uma população maior de que muitas cidades do interior do Estado, não levando em consideração o Núcleo Residencial Paineiras, Vila Gusso, parte da Vila Leonice, parte do Abranches, o que poderá atingir a uma população estimada em mais de 35.000 habitantes.

A presente solicitação, vem sendo feita por parte daqueles moradores, a mais de três anos, sendo que inclusive esta Casa de Leis já encaminhou sugestões de nossa parte em anos anteriores, e se caso atendido desta vez, irá beneficiar uma grande parte da população de Curitiba.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores, CEL. HAROLDO FERREIRA DIAS, Secretário de Estado da Segurança Pública, CEL. DIRCEU RIBAS CORREIA, Comandante da Polícia Militar do Paraná, CEL. RUBENS GUIDO SEFF, Comandante de Policiamento da Capital - CPC/PMPR., no sentido de que seja implantado um Posto Policial de Socorro Familiar, para a Vila São Pedro, no Bairro do Xaxim, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

O abaixo-assinado anexo ao presente requerimento, e subscrito por 243 (duzentas e quarenta e três) pessoas, todas residentes naquela vila, por si só já traduz a preocupação daquelas pessoas, com o risco que vem correndo seus filhos, quando chegam à noite da escola ou do serviço, e, além de tudo, as sérias ocorrências policiais que se tem verificado naquele bairro, já justifica a implantação do referido Módulo Policial, que na certa deixará aqueles moradores bem mais tranquilos com referência à segurança de suas residências e seus familiares.

Solicitamos ainda que seja enviada cópia deste expediente ao Senhor VALDEMAR ALVES CRUZ, residente à Rua 1.º de maio, n.º 29, aos cuidados da Farmácia São Pedro, Vila São Pedro, nesta Capital.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, sugerindo que sejam tomadas medidas urgentes para colocação de equipamentos apropriados nos postos de distribuição e venda de combustíveis, onde o consumidor possa verificar que não está comprando produto adulterado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é também uma reivindicação da Associação das Câmaras Municipais da Micro-região Doze, que tem sua sede em Campo Mourão, a qual em reunião da 6a. Assembléia Geral Ordinária aprovou por unanimidade pedido neste sentido.

E nós sabedores das inúmeras reclamações dos consumidores de combustíveis, principalmente de gasolina, os quais quase sempre compram produtos adulterados, isto é, com taxa de álcool superior a estipulada pelo CNP, vimos, solicitar aos nobres Pares a aprovação do presente para que o consumidor não seja roubado quando da aquisição dos produtos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, solicitando a inclusão do TREMOÇO como produto isento ou diferido para efeito de cálculo do ICM.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

As instruções 535/76 e 582/77 da Secretaria das Finanças determinaram quais os produtos que são isentos ou diferidos para efeito de cálculo do ICM, entre outros poderíamos citar a soja, o feijão, arroz, alface e outros, mas infelizmente não está nesta relação o TREMOÇO, isto aconteceu, acreditamos por não ser na época produto plantado em escala em nosso Estado.

Mas, hoje a Região de Campo Mourão se transformou em produtora considerável do produto referido, daí a solicitação em tela, para que os produtores possam gozar do benefício e incrementar a sua produção, a qual renderá por certo mais divisas para todo o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Alcenir Guerra, MD. Superintendente do INAMPS, solicitando Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas, para o Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação, bastante justa, fundamenta-se da não existência de Laboratório de Análises Clínicas não só no Município como em seus arredores.

Sendo Jesuítas, Município recém-criado, torna-se indispensável o credenciamento pelo INAMPS, deste laboratório, uma vez que este benefício atenderá um número considerável de assegurados em toda a região.

Desta forma, face ao exposto e por outras razões que certamente justificam nosso pedido, esperamos encontrar eco na Superintendência.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofícios ao Superintendente Estadual do Banco do Brasil, Dr. LUIZ NORBERTO DA SILVA RATTO, bem como ao seu Presidente, Dr. OSWALDO ROBERTO COLIN, solicitando a implantação na agência do referido Banco do Brasil em Ponta Grossa da Carteira de Câmbio.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Hoje a agência do Banco do Brasil S.A. de Ponta Grossa

é intermediadora de Curitiba nas operações de câmbio geradas naquele município, não possuindo, desta forma, independência naquelas operações cambiais.

Sua transformação em tronco, dotaria a agência da carteira de câmbio e eliminaria a sua dependência do Banco do Brasil de Curitiba, o que viria agilizar enormemente as transações com as firmas exportadoras daquele município, ampliando os recursos e facilitando as operações.

O impulso que isto traria às exportações daquela região seria muito grande, e beneficiaria o município, ao Estado, e não traria prejuízos de nenhuma espécie a qualquer outra região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial para proceder estudos com objetivo de estabelecer normas para a regulamentação da cobrança e aplicação da taxa judiciária, autorizando para tanto o seu presidente a convidar um representante do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Paraná, do Poder Executivo para compor a referida Comissão.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao funcionário desta Casa Sebastião de Cristo, que após longos anos de profícuo trabalho perante este Poder Legislativo vem de se aposentar.

O referido funcionário além de outras atribuições, chefiou por alguns anos a Seção da Ordem do Dia, da Divisão da Ordem do Dia e Autografia do Departamento Legislativo.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao referido Servidor, como também seja anotada em sua ficha funcional.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, ELSON MACHADO DE SOUZA, solicitando a implantação de curso de Primeiro Grau (segundo ciclo) no Rincão São Francisco, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Rincão São Francisco é atualmente a área sub-urbana mais populosa de Foz do Iguaçu, um dos bairros em franco desenvolvimento e expansão.

A comunidade reivindica, para atender os seus filhos, a instalação e implantação das quatro séries do segundo ciclo do primeiro grau (antigo ginásio), sendo que, como justificativa maior, apresentam mais de 1.000 crianças em idade de frequentar estas séries.

Desta forma, encareço ao Secretário de Estado da Educação a determinação de estudos, no sentido de viabilizar a implantação dessas séries, evitando inclusive que as crianças, em sua locomoção até o centro da cidade ou outras escolas, corram risco de vida com o trânsito que obrigatoriamente precisam enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A impunidade e a proteção institucionalizada aos corruptos têm aumentado a “INDÚSTRIA DAS CONCORDATAS”.

Ultimamente o povo trabalhador está pagando caro pela crise econômica à qual foi conduzida a Nação pela incompetência do Governo atual.

Se isto não bastasse para agravar a situação de penúria, existem leis que facilitam os que roubam e deixam a descoberto os fraudados. Este é o caso da lei que regula as concordatas e falências. A receita é simples: monta-se uma empresa com algum capital que vai funcionando até conquistar confiabilidade junto ao povo, e assim o bolo recheado com a economia popular aos que a ela confiaram o fruto de sua produção é levado ao forno da concordata.

Não é de hoje, Sr. Presidente, que a população do Oeste do Paraná é vítima de concordatas, muitas vezes até fraudulentas. Tivemos a CIROSA, GRUPO RUARO, O GRUPO FRIMESA, ORGASOL e agora a MERCANTIL GUAÍRA DE CAFÉ LTDA.

Esta empresa, mais conhecida como MARIALVA, encaminhou concordata após ter transferido a soja que simples agricultores colocaram à sua guarda como depósito a faturar.

Antes de propor concordata, ao mesmo tempo em que comprava e recebia soja em depósito e emitia cheques pré-datados, a diretoria vendeu, segundo informações obtidas, sua frota de 50 carretas que desapareceu.

A expectativa é grande: Concordata ou Falência.

Para o povo não importa, para o povo é certo de que de uma ou outra forma, é o produtor quem arcará novamente com os prejuízos.

A Diretoria e Gerência de tais empresas, quando não fogem dão entrevistas tranquilizando os atingidos. É nessa situação deprimente a espera de uma solução que ponha fim a esta fraude legalizada, que se encontra, somente em Marechal Cândido Rondon, mais de 200 agricultores prejudicados em mais de 50 milhões de cruzeiros. Em Missal, Medianeira, a concordatária deu o golpe em 11.721 sacas de soja e emitiu cheques sem fundos no valor de Cr\$ 856.600,00, em Santa Helena junto a 15 agricultores, 6.273 sacas de soja num valor de cinco milhões e trezentos e sessenta mil cruzeiros, somam os prejuízos parciais dados aos que confiaram seus produtos a conhecida cerealista Marialva. Sabe-se que nesse Município, há produtores com mais de cinco mil sacas de soja depositadas junto à concordatária.

Estes dados foram levantados somente com agricultores acampados junto ao Movimento Justiça e Terra em Foz do Iguaçu. O rombo poderá ser ainda maior, pois até o momento desconhece-se maiores informações a respeito.

Veja Sr. Presidente e Srs. Deputados, se não bastasse a desrespeitosa expropriação praticada por Itaipu, esses agricultores, vítimas da crise da suinocultura, vítimas recentes das notas promissórias rurais, para não falar das últimas frustrações de safras, têm agora que enfrentar mais este golpe que para muitos significa o golpe de misericórdia. Concluo apenas, para citar um exemplo, o agricultor Fiorindo Posseira, com a esposa hospitalizada, obteve nesta safra, um total de 80 sacas de soja engolidas, pela concordatária.

Essa cerealista, conhecida por Marialva, tomou as devidas providências para burlar a lei que por si só já protege amplamente o grande capital, ao ter procedido fraudulentamente à venda de produtos ali depositados à COTRIBRASIL.

Torna-se portanto, imperativo, Senhor Presidente, que se

revise urgentemente essas leis, essas leis que protegem o capital.

Por isso, apelamos ao Senhor Presidente da República, queremos não que ele nos estenda uma mão, mas que ele nos ajude a tirar as mãos que nos esmagam e estão esmagando o nosso povo.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê). “Nestes últimos dias os jornais do Paraná trataram da questão que envolveu o Prefeito de Umuarama, Tuguio Setogutte e sua pretendida viagem ao Japão às custas do dinheiro público. Uma denúncia do PMDB que os assessores da prefeitura procuraram deformar. A bem da verdade quero prestar os seguintes esclarecimentos a esta Casa.

O Diretório do PMDB de Umuarama distribuiu pelas ruas da cidade um panfleto que dizia “O PREFEITO VAI PASSEAR COM DINHEIRO DO POVO E OITO VEREADORES CONCORDAM COM ISSO”. Observe-se que a expressão usada era o prefeito VAI passear com o dinheiro do povo e não o prefeito FOI passear com dinheiro do povo.

E, realmente, O PREFEITO PRETENDIDA VIAJAR PARA O JAPÃO COM DINHEIRO PÚBLICO, tanto assim que enviou mensagem à Câmara Municipal a qual, aprovada contra os votos do PMDB, foi convertida na Lei n.º 654/81, cujos artigos 1.º, 2.º e 3.º dispuseram:

“Art. 1.º — Fica estabelecido o pagamento de uma ajuda de custo ao Chefe do Executivo Municipal, no valor de Cr\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), para atender despesas com sua estada no Japão, a convite do Presidente da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Japão, para participar de “PORTOPIA 81” — Exposição Internacional de Kobe.

Art. 2.º — Fica, ainda, concedida ao Chefe do Executivo uma ajuda de custo arbitrada em Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para atender despesas de representação do Município, no Exterior.

Art. 3.º — Para ocorrer as despesas previstas nesta Lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício financeiro, o Crédito Adicional Especial, até o limite de Cr\$ 552.000,90 (quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), UTILIZANDO-SE como recurso da REDUÇÃO PARCIAL da seguinte dotação orçamentária deste exercício.

11.00 — DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO.

11.03 — Divisão de Obras e Edificações.

08482471.36 — Construção da Casa da Cultura.

4.1.1.0 — Obras e Instalações.”

DEPOIS de iniciada a distribuição dos panfletos o Sr. Prefeito, por motivos particulares (e não por eventual despertar de adormecida consciência cívica ou respeito à coisa pública), resolveu cancelar a sua viagem para o Exterior e pediu licença de vinte dias para tratar de assuntos particulares, o que lhe foi concedido através do Decreto Legislativo n.º 2/81, no qual, por iniciativa da bancada do PMDB, foi inserida uma emenda, revogando expressamente a licença anteriormente concedida e, por via de consequência, a concessão da verba pública para a viagem ao Exterior.

Portanto, o Sr. Prefeito de Umuarama não pode negar que esteve prestes a viajar para o Exterior, com verbas públicas.

Quanto às anteriores andanças internacionais do Sr. Prefeito, às suas custas, em nada desmentem os fatos divulgados pelo PMDB de Umuarama.

O que pode parecer é que o governante umuaramense, talvez, acredite que um certo número de viagens por conta própria lhe confere direito de uma viagem às expensas dos co-

fres públicos, no que, evidentemente, está equivocado.

Peço-lhe licença, ainda, para informar-lhe que o panfleto distribuído pelo PMDB foi antecedido por uma nota publicada pelo jornal "Tribuna do Povo", editado nesta cidade, contendo a mesma denúncia, nota essa por mim assinada, a qual, se veiculasse fato inverídico, daria oportunidade para processo criminal contra minha pessoa, processo esse que, até o momento, não foi instaurado.

Para maior clareza, junto a esta um exemplar do panfleto e fotocópias da Lei n.º 654/81, do Decreto Legislativo n.º 2/81 e de Emenda Aditiva ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/81.

Contando com as providências de Vossa Senhoria para que o público seja devidamente informado, desde já agradeço-lhe pelas mesmas."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta tribuna na semana passada, pedir providências ao Governo do Estado, ao Ministro do Interior, ao Diretor Presidente da COAPAR e ao gerente regional do BNH no Paraná, no sentido de sustar a execução de ações relativas a atraso de prestações de mutuários adquirentes de casas pelo sistema habitacional do BNH em Cascavel.

Para surpresa nossa, Sr. Presidente, recebemos do Sr. José Roberto Pegoraro, Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, cujo texto diz o seguinte:

"Cumpre-me informá-lo que infelizmente não poderemos determinar a suspensão das execuções judiciais dos mutuários que estão com suas prestações em atraso, tendo em vista tratar-se de competência do sistema financeiro de habitação, a Companhia de Habitação do Banco Nacional de Habitação."

Sr. Presidente, em se tratando de um problema da mais alta seriedade e gravidade, não se procura buscar da legitimidade ou da competência de sustar feitos judiciais contra mutuários, mas de se fazer gestões no sentido de realizar uma justa política no setor habitacional. Não procuramos instar o Presidente da COHAPAR simplesmente por mera formalidade, simplesmente para fazer coro ou, ainda mais, apresentar requerimentos como se fosse expedientes demagógicos. Muito pelo contrário. Há que se ver atrás desse expediente, movido pelo interesse daquela comunidade, a necessidade de observância dos aspectos sociais a que estão sujeitas essas execuções.

Criará, por certo, uma grande indisposição dos pretendentes de novas unidades habitacionais. No mínimo vai criar uma expectativa, uma emocionalidade que vai gerar uma preocupação de natureza social. E o Presidente responde simplesmente, secamente, que não é de sua competência.

Ora, Sr. Presidente, se recebeu desta Casa um ofício correspondendo a várias autoridades pertinentes ao sistema habitacional, das quais o Presidente faz parte, a sua Companhia faz parte, evidentemente que se quer um esforço conjugado no sentido de minorar os efeitos das execuções. Porque o que se pode interpretar é que o Governo só tem interesse de mover ações para cobrança dos débitos, mas nunca de ver a possibilidade, a rentabilidade e a forma pela qual serão satisfeitas estas prestações em atraso.

Sr. Presidente, fica aqui o meu desapontamento e também a minha denúncia de que muitos presidentes —, pode até não ser o caso deste, mas muitos presidentes de companhias, de empresas ligadas ao Governo, apenas respondem secamente como que se quisessem "descalçar a bota". Mas o processo social é da atribuição de todos aqueles que têm, num ou em outro cargo, uma função pública de alcance social.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Sampaio. — (Ausente).

Concedo da palavra ao Deputado Nelson Buffara. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A Bancada do PMDB dedicou, na semana passada, boa parte de seu tempo a analisar, desta tribuna, o grave quadro da saúde de nossa população. Procurou, assim, aliar seu trabalho ao da Igreja e das entidades da área de saúde que fizeram da Campanha da Fraternidade deste ano a oportunidade de denunciar amplamente as precárias condições de existência dos brasileiros. Demonstrando que o maior crime cometido contra este povo nos últimos 17 anos foi o de condená-lo a taxas altíssimas de desnutrição, de mortalidade infantil, a uma expectativa limitada de vida.

O crescimento econômico experimentado pelo País nos últimos anos, tão saudado pelos beneficiários do regime, apenas agravou problemas crônicos. Os resultados deste crescimento não foram distribuídos. Pelo contrário. Os trabalhadores deste País foram obrigados ao trabalho por baixa remuneração, a um arrocho salarial sem precedentes na história moderna deste País. Como sabemos, 56% dos brasileiros que trabalham recebem um ou menos de um salário mínimo. Outros 19% estão na faixa que recebe entre um e dois salários. Portanto, Senhores, 75% da população não têm condições de obter a alimentação mínima necessária.

Se o brasileiro se alimenta mal não é porque produza pouco. O Brasil poderia superalimentar 800 milhões de habitantes com o que produz. Mas um levantamento da Fundação Getúlio Vargas revelou que o consumo no Brasil é deficiente em relação a todos os nutrientes, com exceção da vitamina C. Os trabalhadores de São Paulo, Estado mais próspero da Nação, carecem de cálcio, vitamina A, tiamina, riboflavina, vitamina C e proteínas. O brasileiro consome, em média, 19 gramas de proteínas por dia, enquanto um argentino, com toda a crise argentina, consome 59 gramas.

É esta a principal causa da grave situação da saúde no País. Há uma relação estreita entre deficiências alimentares e infecções; relação íntima entre deficiências alimentares e desenvolvimento físico. Nelson Chaves, consultor científico do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco explica que o desnutrido é um indivíduo com imunidade reduzida e, portanto, vulnerável às infecções, principalmente as crianças que se tornam vítimas fáceis das diarreias ou infecções no aparelho respiratório. O sarampo, por exemplo, é uma doença benigna, mas se torna fatal entre os desnutridos, que demonstram já nos primeiros anos de vida uma deficiência física e mental irreversível. Observa-se, inclusive, que as células nervosas sofrem reduções de 40 a 50%.

No Brasil, 72% dos que morrem têm menos de 50 anos e 46,5% são crianças menores de quatro anos. O País tem um dos índices mais altos do mundo em mortalidade infantil. Nos últimos cinco anos, mais de um milhão e quinhentas mil crianças morreram de causas evitáveis, associadas à desnutrição e à falta de saneamento, como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e doenças diarreicas.

O quadro é desesperador, senhores. Mesmo a insuficiência de dados não consegue esconder a dimensão do problema. Basta examinar as informações oficiais disponíveis para que se tenha uma idéia dos efeitos do arrocho salarial, da concentração de renda sobre a saúde do brasileiro.

A doença de Chagas atinge 10 milhões de brasileiros e já foi constatada em 1.238 dos 3.951 municípios brasileiros. A esquistossomose infecta 12 milhões de pessoas em 994 municípios de 17 Estados. Do Pará ao Paraná, nas zonas quentes e úmidas, verifica-se a transmissão da doença. Entre portadores e doentes, 80 milhões de brasileiros são atingidos por verminoses, 56 milhões por ascaridíase e um em cada quatro brasileiros por ancilostomíase.

De cinco em cinco minutos surge um caso novo. De meia em meia hora um brasileiro morre de tuberculose. A Divisão Nacional de Tuberculose estima em 30 a 40 milhões de indivíduos infectados, existindo 500 a 600 mil doentes. A cada ano adoecem 100 mil pessoas. A Organização Mundial da Saúde considera que um país tem a tuberculose sob controle quando, aos 14 anos de idade, o coeficiente de prevalência da infecção está abaixo de 2%. No Brasil, aos seis anos, o índice já é três vezes maior.

Em grande parte do território nacional não houve interrupção da transmissão da malária. Com o deslocamento populacional intenso para o Norte e Centro Oeste estão ocorrendo novas epidemias. Há epidemias de peste bubônica no nordeste desde 1.872.

Desde o início da década de 70, médicos e pesquisadores ligados aos hospitais da Universidade de Brasília vinham diagnosticando com insistência a possibilidade crescente de uma epidemia de meningite no país. Em 1.974 a epidemia que já existia nos anos anteriores foi anunciada oficialmente quando passou a ameaçar as camadas mais favorecidas da população urbana.

Há cerca de 520 mil cancerosos, um terço dos quais condenados a morrer no primeiro ano de doença. Essa mortalidade poderia ser bem menor porque os tipos de câncer de maior incidência no Brasil, como o de colo uterino (34%), de pele, da mama, da cavidade bucal, são os de mais fácil diagnóstico e de maiores possibilidades de cura.

Para que se tenha uma idéia da saúde mental dos brasileiros, os dirigentes da Associação de Saúde Mental do Rio de Janeiro levantaram os seguintes dados: 50% dos leitos hospitalares no Brasil são psiquiátricos. Há cerca de 120 mil pessoas internadas em hospitais psiquiátricos no País. Cerca de 18 milhões de brasileiros necessitam de cuidados médicos. Ou seja, em cada família, uma pessoa necessita de atendimento psiquiátrico. Desses 18 milhões de brasileiros considerados doentes mentais, seis milhões são excepcionais. Não são casos de doenças infecciosas, mas sua origem social é amplamente reconhecida.

Dizia o nobre líder do Partido do Governo, na semana que passou, que não há como refutar dados, que não há como burlar os fatos. Pois bem, senhores, estes são os fatos, estes são os índices. Este é o progresso, o bem estar social produzido por uma política econômica antipopular, respaldada pelo arbítrio e pela violência nestes últimos 17 anos. Esta é a principal obra do regime: um povo doente, vítima da subnutrição, da impossibilidade de acesso às condições mínimas de higiene e saneamento. Vítimas de um modelo que privatizou os lucros nas mãos do capital monopolista, especialmente o estran-

geiro. E que socializou a doença, a fome, a miséria, a morte.

É esta por certo a obra que foi comemorada no último dia 31 de março. São estes os dados, os fatos que faltaram aos discursos de todos aqueles que teceram elogios ao movimento militar de 1.964 e às suas realizações. Este é o retrato do povo depois de 17 anos de regime.

O que fez o Governo, senhores?

Destinou 80% dos recursos gastos no setor de saúde à medicina curativa, sofisticada, que atende as camadas mais ricas da população, enquanto os índices de mortalidade infantil persistem, assim como as doenças há muito extintas ou de ocorrência residual nos países desenvolvidos. De nada adianta uma medicina sofisticada para atender uma pequena faixa da população enquanto a fome aumenta e as condições de higiene, habitação e trabalho e os serviços sanitários se deterioram progressivamente. Mas esta destinação de recursos obedeceu a mesma política, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governo estimulou a privatização dos serviços públicos de saúde, também entregou às multinacionais do setor os lucros sobre a doença, sobre a morte. E privilegiou, amplamente, uma indústria farmacêutica estrangeira que obtém altos lucros graças aos efeitos do arrocho salarial, da concentração da renda.

No Brasil, 69 empresas estrangeiras, americanas e europeias, dominam 97% do setor. Nos últimos 17 anos, 49 laboratórios brasileiros passaram às mãos do capital estrangeiro. Além de engordar o mercado com drogas desnecessárias, as indústrias farmacêuticas oferecem à população remédios inadequados ao quadro das doenças brasileiras. Já citei aqui o estudo da Central de Medicamentos — CEME, que mostra que a produção de apenas 300 remédios seria suficiente para atender às necessidades do País."

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Darcy Deitos, estamos no final da Campanha encetada pela Igreja Católica, na modalidade nova encontrada pela cúpula da Igreja Católica, no Brasil, para se comemorar a atual Quaresma.

E se no início ela teve um sentido doutrinário, de uns anos para cá, ela está apresentando um cunho social muito interessante. E se, o ano passado, ela manifestou uma preocupação muito grande com as migrações internas, numa concatenação lógica, neste ano de 1.981, ela lança a tese da Saúde para Todos. Vê Vossa Excelência que nessa coincidência de temática : o ano passado, a preocupação com a migração interna; este ano, a preocupação com a saúde, vêm mostrar claramente todo o esquema furado do sistema sócio-econômico em que vivemos.

Porque, se Vossa Excelência observar que estamos num País continental, essencialmente agrícola, pela sua fisiografia, mas, com 43 milhões de migrantes. Dados estes levantados na Campanha do ano passado, estamos vendo que a população brasileira tende a se concentrar nas grandes cidades. E desde que o indivíduo saia de sua área cultural específica, hoje, não só o problema da saúde vai assumindo proporções alarmantes, como Vossa Excelência acabou de citar; 10 milhões de portadores de doença de Chagas; 12 milhões de portadores de esquistossomose e, entre portadores de verminose, cerca de 80 milhões de indivíduos, num universo de 110 milhões de habitantes — dados alarmantes, mas esse casamento dessas duas temáticas mostram que a área geográfica da doença do Brasil tem aumentado. Porque, são migrantes que saem de uma região específica contaminada por uma espécie de doença e acabam levando essa infecção, essa doença, para outras áreas culturais.

Mas, se olha, se analisa, a questão, sob diversos ângulos. E, no final, vamos encontrar, mesmo, uma causa maior, a

causa política da grande questão nacional, da grande crise nacional.

Porque, a Medicina curativa reclama a falta de alimentos numa determinada época da vida daquele ser humano, que, não lhe dando prevenção, conseqüentemente, lhe deu a doença.

Agora, a falta de alimentação foi devido à falta de cultura, à falta de educação e à falta de alimentos, que, por sua vez, esses bens essenciais, como saúde, educação, cultura, alimentos, não foram acessíveis a esse ser humano, pela sua baixa renda. Baixa renda que advém, claramente, de um sistema político elitizante, minoritário e privilegiador.

Então, a grande tese da Igreja, nesta Campanha, mais da sociedade civil como um todo, das oposições partidárias, as oposições da sociedade civil, que são a maioria da população brasileira, todas elas batem numa mesma tese:— é preciso uma nova ordem social para o País, é preciso um novo sistema social.

Daí a razão da sociedade civil, ao pregar, ao propagandear, ao vanguardear a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Cada nova Campanha da Fraternidade vem, mais uma vez, a dar razão à grande tese do PMDB, hoje de toda a sociedade civil, na necessidade inadiável de um estabelecimento de um novo pacto social e da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para aí, sim, haja oportunidade de saúde para todos.

Vossa Excelência está de parabéns, em plena Semana Santa, levanta, a tese da CNBB, desta Campanha da Fraternidade:— Saúde para Todos.

O SR. DARCY DEITOS — Agradecemos o seu aparte nobre

Deputado Renato Bernardi, mas Vossa Excelência lembrou muito bem de que ao apagar das luzes da Campanha encetada pela Igreja, “Saúde para Todos”, e por estarmos na Semana Santa, na antevéspera de quando se comemora a Páscoa, sem dúvida alguma, nós aproveitamos, desta tribuna para parabenizar a Igreja brasileira, porque passou a conscientizar o povo brasileiro, das suas reais necessidades básicas de higiene, saneamento, habitação, vestuário, mostrando nessa conscientização o quanto este regime vilipendiou, esmagou o povo brasileiro, pois temos aí mais de oitenta milhões de brasileiros doentes nesta Nação, produto do regime autoritário, arbitrário, prepotente, instalado a 31 de março de 64.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, nobre Deputado.

Gostaria só de concluir mais um tópico do meu pronunciamento e o concederei em seguida.

“O pior, é saber que o Governo contribui majoritariamente para o enriquecimento das indústrias farmacêuticas estrangeiras, pois é responsável por mais de cinquenta por cento das compras de medicamentos, sendo o INAMPS, um dos maiores consumidores.

Até aqui os interesses ligados à privatização da medicina e o setor produtor de medicamentos, conseguiram impor uma política nacional de saúde que acumula fracassos e na conta do contribuinte, uma prodigalidade na distribuição de recursos para projetos que não pode mais ser eficiente.

Somos um povo doente, a medicina que amplia o espectro da mortalidade, beneficia-se disso unicamente o capital monopolista estrangeiro e os interesses de grupos aliados ao regime.

Nós acreditamos que não temos outra saída senão a democratização da renda, dos serviços públicos, e a socialização da medicina, mas isso só será possível nos quadros de uma verdadeira democratização da sociedade que aponta, para a neces-

sária socialização dos serviços de saúde entre outras providências.

Enquanto isso não acontecer, o brasileiro será um doente e escarnecendo da sua situação, continuarão as multinacionais, os tecnocratas e todos aqueles que se beneficiam deste regime, mesmo sabendo que isso significa a morte de milhares de crianças vitimadas pela fome, mesmo sabendo que isso significa uma expectativa de vida para a maioria dos brasileiros que não ultrapassa os 50 anos.

E o custo que este povo pagou pelos 17 anos de regime imposto pela famosa Revolução de 64.”

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência e quero deixar aqui o testemunho da preocupação constante que Vossa Excelência tem tido com os problemas da população brasileira e especialmente, da população do Paraná.

Realmente, Sr. Deputado, este tema adotado pela CNBB e pela Igreja como um todo no Brasil, relativo à Campanha da Fraternidade e correspondente à “Saúde para Todos”.

Vossa Excelência tem razão como também afirmou o Deputado Renato Bernardi.

A saúde está diretamente ligada aos alimentos ingeridos pela população relativamente à capacidade de aquisição dos bens de consumo, especialmente de alimentação, haja visto, Deputado, que hoje no Brasil, se fala muito em renda “per capita”.

Entretanto, a renda real da família brasileira, do assalariado brasileiro, que corresponde dos quarenta e cinco milhões de trabalhadores do Brasil, podemos sem sombra de dúvidas, dizer que desses, dezoito milhões vivem em condições de subnutrição, por causa do baixo salário, por causa do capitalismo selvagem de que falava Rischbieter e de que está falando em outras palavras, Mário Henrique Simonsen e também, Otávio Gouvêa de Bulhões.

Entretanto, qual a preocupação do Governo, como se buscar uma forma de adequar as necessidades da população brasileira para ajustamento do problema de saúde que vai mais tarde refletir na capacidade intelectual e cultural do povo brasileiro.

E, Vossa Excelência faz uma afirmação das mais sérias possíveis dentro desse esquema oficial.

Hoje, no Brasil, não se faz uma medicina preventiva mas, essencialmente curativa e aí é que está um grande problema, Deputado Darcy Deitos.

O problema da ligação do interesse capitalista com o consumismo, porque na medida em que o Governo não se aprecatando com esses resultados, ele estará dando ensejo às grandes companhias químico-farmacêuticas que operam no Brasil, ligadas a essa política de saúde curativa empreendida há longos anos pelo INPS, pelo IAPAS agora e pelos institutos pertinentes à Previdência Social.

Porque isso, nós haveríamos de perguntar, a CPI correspondente já declinou os motivos e as razões, na medida em que os médicos, canalizados, empurrados para esta sistemática de funcionamento, evidentemente que, estará receitando os medicamentos para dar lucro às grandes empresas.

Inclusive, Deputado, ouvi um dia desses uma expressão muito peculiar ao tratamento dado pelo INPS, as consultas médicas não são consultas médicas, dizia uma mulher que era “benzimento” do INPS, porque o médico não chega a examinar o paciente.

Dá uma “benzida” e o paciente vai com uma receita para comprar o medicamento ao qual ele não tem condição de fazer, por falta de renda, por falta de capacidade de aquisição do medicamento que, muitas vezes, pode ser até uma “vitaminazinha”, entre aspas.

Então, Deputado, nesta pré-Páscoa, Vossa Excelência faz com muita propriedade a defesa de uma mudança de política do setor de saúde.

E a Igreja, também agora progressista, que adquiriu uma dinâmica eminentemente social, a partir das lições tiradas de Medlin, das lições de Puebla, das lições do Papa que veio ao Brasil e deixou aqui uma grande lição civilizadora, moralizadora, humilde, de um homem de visão e de um homem transcendental, que poderíamos assim dizer. Deixou no Brasil, um exemplo de grandeza de humanismo e até de democracia.

Chegou no solo brasileiro, beijando-o, numa demonstração de humildade e, deixou aqui também, a sua mensagem da fraternidade, da respeitabilidade. Quem sabe até e nós temos esperança, o Presidente Figueiredo, tenha se inspirado ultimamente, nessas lições do Papa.

E é de se verificar Deputado, concluindo. Veja nas universidades de Odontologia e de Medicina, os cobaias que existem fazendo fila, porque muitas vezes não têm condições sequer, de disputar as consultas do INPS. E uma grande denúncia que precisa ser feita neste País, é que a Previdência não faz tratamento dentário e nem preventivo das crianças, preparando uma dentição adulta e permanente. O que fazem, isto sim, é unicamente, extração pura e simplesmente, para fazer o catálogo que vai ser encaminhado ao IBGE, para dizer dos tratamentos feitos.

Tenho visto, denúncia de professores da Universidade Federal do Paraná, dos dentistas que servem as previdências no Interior, eles não têm condições de fazer um tratamento adequado.

E o Governo, quero aproveitar também para fazer esta outra denúncia, já feita reiteradas vezes, em relação aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, estes estão aí a serviço do Governo para procurar e para fazer uma assistência subsidiária, subtraindo as funções do sindicato, transformando-o em assistência social.

Por esta razão, - perdoe-me a delonga deste aparte, quero cumprimentá-lo porque realmente é uma preocupação séria, não tanto para esta geração descuidada, que não enxerga mais além, no futuro.

Nossos filhos pagarão altos preços dos nossos descuidos, das nossas incúrias e também da nossa imprudência.

Parabéns, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado.

Vossa Excelência se colocou muito bem. O serviço médico neste País, oferecido pelo INAMPS, é uma verdadeira vergonha nesta Nação. Existe, neste País, uma verdadeira indústria chamada INAMPS, praticada pelos médicos deste País.

É lógico, têm honrados e dignos médicos, mas existe uma indústria aí que vou contar uma coisa ... Os bilhões que são consumidos do dinheiro do povo, por esta indústria, em toda a Nação brasileira ... Tinha que se dar um paradeiro nisto.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, não falo das exceções de trágica memória que ainda vivem entre nós, falo das regras gerais.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — O horário da Liderança poderá ser ocupado pelo orador que está na tribuna neste instante.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e continua com a palavra o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Outro ponto muito importante que Vossa Excelência levantou e que me chamou a atenção, foi com referência à distribuição de renda neste País.

Porque os tecnocratas têm uma visão de gabinete.

São homens que, sei lá, não sabem distinguir um elefante de uma galinha; eles medem, fazem a divisão.

Por exemplo: Vossa Excelência que tem posses é que pode comer dois frangos e que seu empregado não pode comprar nenhum, divide por dois; já deu um frango para cada um. Assim é que se mede renda neste País.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Permite-me?

Aqui no Brasil poderia se dizer o seguinte: uma determinada classe, - pelo tamanho apenas, pela dimensão, uma determinada classe come peru, a outra classe come frango e a classe operária come rolinha.

O SR. DARCY DEITOS — Um fato também que nos chama a atenção com referência à renda, é que até há dias atrás via pelos jornais um comentário que foi efetuado por um jornalista, dizendo de que a renda no Paraná tinha crescido e que alguns tecnocratas do Estado estavam até alegres, porque dos dez milhões de paranaenses esperados pelo censo, foram encontrados apenas sete milhões e meio.

E que estes dois milhões e meio, foi bom até que saíram do Paraná porque eram as pessoas de baixa renda.

Veja a visão da tecnocracia deste Estado e isto é o reflexo da tecnocracia implantada nesta Nação, e deve ser.

Isto tem que ser denunciado. Bater palmas por paranaenses que saíram desta terra, porque seus anseios não foram atendidos, não foram correspondidos, as suas necessidades básicas não foram preenchidas pelo Governo instalado, pelo Governador Interventor deste Regime.

Tem que ser denunciado, Sr. Presidente.

O SR. DARCY DEITOS — Concedo o aparte ao Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado.

Deputado Darcy Deitos, eu não teria outra coisa a dizer na oportunidade, senão me congratular com Vossa Excelência pelo tema brilhante que traz a esta Casa e a oportunidade da matéria.

Na verdade, o que temos assistido em matéria de assistência, pela previdência social, é um desastre.

E a previdência social em nosso País tem se comportado de uma forma que está a descredenciá-la para os serviços, principalmente médicos, no atendimento dos seus associados. E quando nós vemos um associado, um homem pobre, um trabalhador ou mesmo a sua esposa, às 4 horas da manhã, numa fila, para conseguir uma receita ...

O SR. DARCY DEITOS — Como se receita curasse alguém.

O Sr. Lineu Turra — Na verdade, há muito tempo se tem posicionado, principalmente o PMDB no Brasil inteiro, contra a deficiência dos serviços médicos.

E era preciso que o Governo, como o responsável pela saúde do povo, que é fundamental, é básico, nós vemos um Governo despreocupado com o que é essencial neste País e preocupado tão somente em deixar mais ricos aqueles que já são bastantes ricos, e só os afortunados é que estão a merecer as atenções do Governo neste País.

Congratulo-me com o pronunciamento de Vossa Excelência e quero dizer a Vossa Excelência que tenho fé no futuro, com o PMDB, comandando esta Nação. Porque nós, com este espírito como o de Vossa Excelência, voltado para o povo, teremos um Governo futuro, capaz de atender as necessidades

básicas da Nação.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado Lineu Turra e agradecemos também, essas palavras elogiosas a nossa pessoa que não era merecedora disso, mas agradecemos.

Contudo, Vossa Excelência colocou muito bem: — neste País, o rico fica cada vez mais rico e o pobre, fica cada vez mais pobre, tornando-se miserável e tende a desaparecer pela subnutrição, pela falta de recursos, pelo menos para a sua sobrevivência.

O que este Regime fez nesses 17 anos, Deputado Lineu Turra, foi uma verdadeira vergonha; um verdadeiro achaque ao povo brasileiro.

É um Governo que ensina o que o povo sabe, e toma até o que ele não tem.

Toma tudo, arrebenta o povo brasileiro, isto, esse regime fez. E há ainda quem teça elogios imensos a este golpe de Estado, encetado em 64.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar, agradeço a concessão do aparte e cumprimentando-o pelo belo pronunciamento que traz a esta Casa, não só pelo enfoque do lado da saúde, exaltando, inclusive, a campanha da fraternidade “Saúde para Todos”, mas principalmente pelo aspecto social econômico e político.

Porque Vossa Excelência realmente traz à tona, uma série de verdades; este problema do abandono, do desvio do Ministério da Previdência Social, com recursos que poderiam ser alocados para belas causas, mas que acabam, naturalmente se perdendo, em duplos e às vezes triplos programas idênticos. O Ministério da Previdência Social faz um tipo de programa, idêntico ao do Ministério da Saúde, que é idêntico ao programa da FUNABEM.

Então três programas com desperdício de verbas, para a mesma finalidade, este é um dos problemas principais da evasão de verbas, para esse setor que é o setor de saúde.

Nós que presidimos a CPI do Menor abandonado, nós pudemos também observar e levantar dados que mostram o abandono total que está hoje a criança neste País, muitas delas realmente em estado total de desnutrição, semi-mortas até, vivendo aí, naturalmente, à custa de mendicâncias, porque os recursos oficiais são pouquíssimos, e para amparar pouquíssimas pessoas, e nunca famílias, como o próprio Instituto de Assistência ao Menor proclama, aos quatro ventos, de que tem amparado as famílias.

Não é uma verdade, mesmo porque não existe uma condição para amparar famílias.

Seriam, naturalmente, recursos violentos, que o próprio IAM não possui.

Inclusive, dentro dessa CPI, pudemos levantar diversos detalhes que provam realmente, o abandono da criança não só no Paraná, como em todo o Brasil, e é realmente isso que provoca uma série de doenças, uma série de verdadeiros desastres sociais.

Temos, por exemplo, o caso das mulheres, das meninas, apontado pelo próprio Newton Grein, do IAM.

Ele levantou este aspecto e a Icléa Guazzelli, que, à época era Presidente da FUNABEM, veio também levantar este detalhe das mulheres que sofrem problemas de doenças e doenças das mais diversas, e que levam, naturalmente, a uma contaminação coletiva dentro dos institutos de assistência. Ela falou isto, aqui, a bom som - e quem esteve presente - e Vossa Excelência esteve presente também no plenarinho - que quem consegue fugir de um estabelecimento desses, quem consegue escapar, pular o muro de uma FUNABEM, está salvo.

Então, acho que a própria Presidente de uma entidade dessa, reconheceu o erro do Governo Federal, e por falar a verdade, por denunciar essas fatos, ela acabou também perdendo a cabeça.

E hoje, um outro elemento, ligado ao sistema, comanda a FUNABEM e naturalmente diz amém a todos esses erros que Vossa Excelência acaba de levantar.

Meus cumprimentos, e era somente esta a colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, nobre Deputado, e o incorporamos ao nosso pronunciamento, porque Vossa Excelência coloca muito bem: a saúde pública neste País, é uma vergonha.

Inexiste!

São bilhões e bilhões gastos nesta Nação, milhares e milhões de cruzeiros gastos neste Estado pela Saúde Pública, para não fazer nada.

É um cabide de emprego a Saúde Pública neste País, e em todos os estados brasileiros. É uma verdadeira vergonha. Este País passa por uma série de crises, mas uma série de crises de seriedade, de vergonha dos seus dirigentes, porque saúde pública neste País inexiste.

É só qualquer um dos Srs. Deputados, percorrer o interior e fazer uma visita em qualquer posto de Saúde instalado lá.

É uma vergonha.

O que fazem estes postos de saúde?

Nada!

Não têm um vidro de remédio para dar ao povo. E gastam-se milhões aí, no orçamento, que é destinado à saúde.

É um cabide de emprego como outros órgãos existentes nesta Nação que dilapidaram a bolsa do povo.

Concedo aparte ao nobre Deputado Gilberto Agibert Filho.

O Sr. Gilberto Agibert Filho — Nobre Deputado Darcy Deitos, antes de qualquer coisa, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz. E Vossa Excelência disse muito bem, quando abordou, há poucos minutos, os postos do INAMPS no interior.

Eu mesmo, na minha cidade, estou vivendo um drama, porque entendo política em favor do povo, e entendo política a favor do povo, tenho sentido que realmente o povo está não só desamparado, como está sofrido.

E o que vem acontecendo lá, nobre Deputado, é o seguinte: o posto do INPS, que vinha atendendo por questões políticas, meramente políticas, que vinha sendo atendido e muito bem atendido há quatro ou cinco anos atrás por uma mesma pessoa, de capacidade reconhecida por todos, viu-se na contingência exatamente pelo motivo que Vossa Excelência trouxe aqui: o de “cabide de emprego”, viu-se na contingência de ficar sem esse elemento.

E com a saída desse elemento, por política, foi indicado um segundo elemento.

O segundo elemento não teve a capacidade necessária para continuar dando aquele atendimento. Veio um terceiro nome. Esse, porque no PDS da minha cidade, deu-se uma grande confusão por causa desse terceiro nome, foi tirado.

E, hoje, estamos no quinto nome!

Acontece que estamos no quinto nome mas não temos o Posto. Não temos o Posto do INPS para atendimento.

Então, o que vem acontecendo ali, simplesmente é o seguinte: para se carimbar uma carteirinha para se internar, é preciso o operário ir a Guarapuava carimbar. Então, o operário, aquele operário de mãos calejadas, que luta pela vida, tem que perder dois dias de salário, na semana, porque a política fez com

que esse homem fosse sacrificado e viesse a ter um montão de dificuldades para si e sua família.

Então, nobre Deputado, aproveito o ensejo deste seu pronunciamento para dizer à Casa e ao Paraná, que o que Vossa Excelência disse aqui é de grande relevância.

Cumprimento-o e digo que estamos, realmente, na Campanha da Fraternidade, cujo tema "Saúde para Todos", fala tão de perto a todos nós, mas o que vemos é um governo que está tudo fazendo para desmentir essa Campanha, desmentir na essência. Porque, realmente o que eles estão fazendo não é digno, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradecemos o seu aparte nobre Deputado.

Vossa Excelência colocou muito bem: tudo funciona à base da política, nesta Nação.

Se estivéssemos no ano eleitoral, como foi o de 78, imagine a máquina usada pelo Governo, especialmente, nos Postos do INPS, no interior, que eram comitês políticos do Sr. Reinhold Stephanes, para elegê-lo Deputado Federal, com o dinheiro do povo.

Até falou-se, em seguida às eleições, que iria se entrar nesta Assembléia, com um pedido de CPI, para averiguar a corrupção efetuada naquelas eleições, pelo Governo. Mas, ficou-se apenas nas intenções. Porque, é uma vergonha o que ocorreu.

Mas, nós da Oposição, estamos preparados para enfrentar essa máquina, em 82, mas como disse o eminente Deputado Lineu Turra, nada vai impedir ao PMDB do Paraná, para chegar ao Palácio Iguaçu.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Darcy Deitos, o pronunciamento de Vossa Excelência vem coroar o processo nosso de tratarmos, durante uma semana, dos problemas da saúde, no horário da Liderança.

Usaram também esse tema, nesse período, os Deputados Renato Bernardi, Waldyr Pugliesi, Presidente do Partido, Mário Celso, e nós mesmos, sempre enfocando a questão da saúde, nos seus vários ângulos.

E, hoje, com o Grande Expediente e horário da Liderança utilizados por Vossa Excelência, fechamos essa pauta de assunto ligada à saúde.

E os dados que Vossa Excelência traz — e tivemos oportunidade de acompanhar bem o seu pronunciamento — o sabemos que foram tirados do Ministério da Saúde, da Divisão Nacional da Tuberculose, do próprio IBGE, nos seus indicadores sociais, e do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde.

Portanto, são dados intocáveis e que apresentam uma radiografia muito clara da precária saúde do povo brasileiro.

E a Igreja quando faz uma campanha "Saúde para Todos", no título da campanha, ela já inseriu a realidade. Porque, se ela fala. "Saúde para Todos", é porque, no Brasil, a Saúde é para alguns.

E, hoje, talvez, poderíamos colocar como um dos indicadores para analisar a qualidade de um País, seria, exatamente, a qualidade da sua previdência social e a distribuição de renda deste povo.

Por isso Vossa Excelência merece todo o apoio, não só da Liderança, mas de toda a bancada, por coroar de maneira tão clara, objetiva e séria, esta pauta de assuntos da saúde que o PMDB vem trazendo e além disso, fica aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo está esgotado. Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão.

O SR. DARCY DEITOS — Trinta segundos para o eminente Deputado e trinta segundos para eu concluir.

O Sr. Nelson Friedrich — Apenas concluo para que aqui de-sautorizemos de público, o Presidente do Senado, Senador Jarbas Passarinho que ontem mais uma vez condena a Igreja,

colocando-a como agitadora, como pró-comunista e outras coisas mais. A Igreja está fazendo e tomando posições que deveriam mais do que nunca, serem prioritárias numa Casa de Leis como esta e "Saúde para Todos" é hoje um tema que deve dizer respeito a cada um e a todos nós Parlamentares, independentes dos Partidos, porque é uma questão de sobrevivência de futuro, das gerações condenadas que esse regime está criando pela subnutrição que aí está.

Muito obrigado, e parabéns pelo seu pronunciamento. O SR. DARCY DEITOS — Agradeço nobre Líder Nelson Friedrich e encerraria, dizendo-lhe de que esta é a Igreja que eu sempre imaginei, a Igreja que desceu para o povo, a Igreja que parou de falar do povo, passou a falar para o povo, indo discutir os problemas materiais do povo, saiu da discussão só do sobrenatural. É esta a Igreja que este Governo ditatorial tem medo, Senhor Presidente.

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Consulta à Liderança do PP. — (Declina).

Concedo a palavra, por cinco minutos, no horário reservado ao PDS, ao Sr. Deputado Florivaldo Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Atravessamos o ano dedicado ao Deficiente Físico, que é comemorado em todo o mundo, das mais diversas formas. Pelas emissoras de televisão podemos acompanhar o desenvolvimento de campanhas motivando a população a não marginalizar aqueles que possuem deficiências físicas.

Ao mesmo tempo procura-se sensibilizar as autoridades de todos os setores, visando um maior amparo, no que for possível ao deficiente físico.

Procurando contribuir com estas meritórias campanhas, ocupamos hoje esta tribuna, para fazer um apelo. Um apelo que, acreditamos, será feito não somente em nosso nome, mas no de todos os que integram a Bancada do Partido Democrático Social, nesta Casa.

Estamos apelando ao Secretário dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida, e ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. Euler Merlin, no sentido de que seja possibilitado a todo portador de deficiência física não pagar passagem para viagens nos ônibus intermunicipais.

Não sabemos de que forma este apelo poderá ser atendido. Será necessário que a Secretaria dos Transportes e o DER estudem uma forma conjunta para possibilitar tal benefício ao deficiente físico. Mas, acreditamos na viabilidade da implantação desta pequena regalia para aqueles que não são perfeitos como nós.

Se adotada esta medida virá em benefício de milhares de paranaenses que não devem ser lembrados somente agora, quando atravessamos o Ano Internacional do Deficiente Físico, mas sempre, por todos nós, que podemos dar um pouco para que eles tenham seus sofrimentos minimizados."

Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, Vossa Excelência realmente traz um tema à discussão que merece uma atenção especial de todos nós, de todos os participantes da vida social, com ou sem representação parlamentar ou outra no meio econômico, político e social. E, eu assistia ontem à noite, um programa levado ao ar pela Rede Globo, em que se entrevistava um dos maiores empresários do Cone-Sul, José Hermínio de Moraes. E que um dos entrevistadores indagou, qual a forma de melhorar a situação econômica e social do Brasil. E ele respondeu simples e seca-

mente, de que a melhor e a única maneira talvez, de solucionar o problema de natureza sócio-econômica nacional, seria a de todos se engajarem num trabalho honesto e sério.

E o que nós assistimos Deputado, é uma situação completamente diferente desta. O povo não acreditando no Governo, pelas medidas distorcidas e muitas vezes comprometidas, o avançamento do grande capital e ele até, falava contra os interesses do próprio grupo que ele representa. E, agora, quando Vossa Excelência fala de que não sabe como poderia ser adotada esta medida, que vem trazer um benefício para o deficiente físico neste ano de promoção de todos os aspectos, em que haja o interesse do deficiente físico, é de se fazer uma lembrança. De que todos aqueles detentores de concessões de transporte coletivo pelo menos, indistintamente, abram as portas também, desses veículos. Porque no Brasil inteiro, há um índice em torno de 10% da população de deficientes físicos mas, nem todos...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre

orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. PALÁCIOS — Pediria ao nobre Deputado que fosse mais breve, para que eu pudesse responder.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Concluo. Então, é essa a sugestão que eu dou, Deputado, uma contribuição, de que as empresas, todas as empresas de transportes coletivos, seja rodoviário, ferroviário ou mesmo aéreo, que abrisse um espaço, para que os deficientes físicos pudessem ter ao menos, o privilégio de ser tratado com humanismo.

Obrigado.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PALÁCIOS — Eu acredito que esta seja uma das fórmulas em matéria de apelo da Secretaria dos Transportes, às empresas de transportes coletivos. Quando eu citei que não sabia de que forma, porque a execução da lei do serviço de transportes coletivos no Paraná, está exatamente regida por nós e caberia a eles encontrar a forma. Agora, uma das formas seria também, um apelo e não apenas, uma imposição, talvez, uma modificação no regimento dos transportes coletivos.

Lamento, nobre Deputado Mário Celso, mas o tempo não o permite.

O Sr. Mário Celso — Fica para uma outra oportunidade, eu cumprimento Vossa Excelência então.

O SR. PALÁCIOS — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que tem 10 minutos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “A partir do dia 1.º de maio próximo, o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL, entra em sua fase executiva propriamente dita e, determinado a transformar nos próximos anos a fisionomia sócio-econômica da região Centro-Sul do Estado do Paraná — mediante a execução de um conjunto de benefícios em sessenta e um municípios, que contam hoje com uma população de 1,2 milhão de habitantes.

Considerado pelo Banco Mundial como um Projeto-Modelo para os demais Estados brasileiros, preocupados no desenvolvimento a nível regional, o PRO-RURAL vai receber uma dotação de 80 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo contrato de empréstimo foi recentemente assinado, em Madri, pelo Secretário Edson Neves Guimarães, inclusive com a presença do Ministro Delfim Netto. Com a contrapartida ainda superior do Estado do Paraná, este projeto contará com cerca de 20 bilhões de cruzeiros, para levar adiante suas propostas de desenvolvimento econômico de uma região, que ainda apresenta sensíveis desequilíbrios.

Elaborado por uma equipe multidisciplinar formada por técnicos de vários setores do Governo, sob a supervisão da

Secretaria do Planejamento, o PRO-RURAL é certamente o projeto mais ambicioso a ser executado no Sul do Brasil, nos próximos anos. Isso demonstra a capacidade criativa dos técnicos paranaenses, mas sobretudo a intenção do Governador Ney Braga de introduzir na última região carente do Estado, um instrumento desenvolvimentista voltado, essencialmente, para as necessidades básicas do homem, nos locais onde vive e trabalha.

Na verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a região Centro-Sul era a única que não dispunha de um projeto específico de desenvolvimento, nos mesmos moldes de projetos já em andamento nas regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado. E, dentro de mais algumas semanas, o Governo vai anunciar o lançamento de outro projeto — o PRO-SUDOESTE —, com o qual todas as regiões do Paraná ficarão servidas.

Os projetos integrados ora em desenvolvimento, com o (PRODOPAR), na região de influência da Usina de Itaipu, praticamente em fase final de execução, o projeto NOROESTE, destinado a equacionar o sério problema da erosão urbana e rural na citada região; os vários projetos de apoio ao desenvolvimento industrial na região Norte; o apoio amplo ao PRO-ÁLCOOL no Norte Pioneiro, a nova feição da Região Metropolitana de Curitiba, fazem do Paraná de hoje um Estado Contemporâneo, dimensionado para constituir-se um berço de respostas aos angustiantes problemas vividos pelo País.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atendendo aos reclamos da população do Centro-Sul do Estado, que representa 14% da população paranaense, distribuída em sessenta e um municípios que se caracterizam como produtores de alimento para subsistência própria, o Governo Ney Braga mais uma vez diz presente, voltando-se para uma região que há muitas décadas aguarda uma ação concentrada do organismo governamental, com o objetivo de arrancá-la da estagnação em que se encontra.

Em face de uma produção agrícola de mera subsistência, as subregiões abrangidas pelo PRO-RURAL — Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, são as que possuem os menores índices de produtividade e renda “per capita” de todo o Estado. Ali, os indicadores econômicos e sócio-culturais, bem como as precárias condições de saúde e educação são típicos de reduzido grau de desenvolvimento.

Ajudar o esforço dessa população para ter melhores condições de vida, produzindo mais alimentos e produtos manufaturados, melhorando sua saúde e educação, abrindo novas e melhores estradas, regularizando a posse da terra e garantindo a oferta de insumos e serviços agrícolas, é a missão que o Governo entende e aceita como prioritário para esta região.

Apenas para dar uma idéia mais ampla do que representa o PRO-RURAL para a região Centro-Sul do Paraná, lembro que o parque de máquinas da CAFÉ DO PARANÁ, uma das empresas que vai intervir nesse grande projeto, praticamente triplicaria sua capacidade de trabalho, com as novas máquinas e implementos que vai receber. Por sua vez, o Instituto de Terras e Cartografia aumentará para 54 o número de suas equipes na área, com uma capacidade de regularizar 972 mil hectares/ano.

Senhores Deputados:

Dentro de quatro ou cinco anos, no máximo, o Paraná terá uma região completamente transformada e perfeitamente integrada ao espírito de progresso e grandeza que norteia a vida desse Estado celeiro. E tudo isso, graças ao descortino e ao incontido amor que o Governador Ney Braga devota à sua terra e sua gente. Verdadeiramente um projeto integrado, pois, envolve a ação direta de sete Secretarias de Estado, coordenadas pela Secretaria do Planejamento, o PRO-RURAL é acima de tudo, uma demonstração inequívoca de que no Paraná pratica-se um Governo que valoriza o homem em lugar da

máquina; um Governo que foge do imediatismo para preocupar-se com as gerações futuras e, sobretudo, um Governo que instaurou um tempo de elevação dos princípios humanistas sobre parâmetros aéuticos e descompromissados com a preservação da vida."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu gostaria de dar a metade de tempo para poder responder, ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, tentarei ser breve, embora o assunto seja realmente, na nossa opinião, polêmico. "PRO-RURAL", que Vossa Excelência tanto fala, nós já tivemos oportunidade da tribuna de fazer grandes restrições. E direi rapidamente alguns aspectos. Por exemplo, não houve consulta nem co-participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, numa região em que há exatamente esse objetivo de atender o minifúndio, menos de cinquenta hectares. Nós temos na realidade, em aplicação no PRO-RURAL, as mesmas regras...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Eu posso afirmar a Vossa Excelência que todos os sindicatos foram consultados.

O Sr. Nelson Friedrich — Não foram consultados, porque nós tivemos contato com o Presidente da FETAEP.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Tiveram assembleias gerais e foram unânimes em aceitar o projeto como um dos marcos definitivos, para a economia daquela região. Eu tenho, inclusive em mãos, Sr. Deputado, atas de assembleias gerais, de todas as assembleias gerais de todos os sindicatos da região. Vossa Excelência está mal informado.

Eu agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a "União Parlamentar Interestadual", conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a Vossa Excelência que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 47 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 146/80. — Aprovado, artigo por artigo.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 28/81, oriunda da Mensagem Governamental n.º 33/81, com indicação do nome do DOUTOR CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Esta Presidência esclarece que a votação da Proposição

28/81 se fará mediante escrutínio secreto, considerando-se indicado o nome de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, por este Poder, desde que obtiver maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia Legislativa, nos termos do art. 22, item 19, § I da Constituição do Estado. Para o ato de votação, os Srs. Deputados, após receberem as sobrecartas do Sr. 1.º Secretário, utilizarão a cabine indevassável que se encontra à direita da Mesa. As sobrecartas contendo as cédulas de votação deverão ser introduzidas na Urna que se encontra sobre a Mesa. Está em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) Sr. Presidente, a Bancada do PMDB, uma vez reunida, tomou uma posição que, neste instante, de público, deixamos nos Anais da Casa.

Entende a nossa bancada que esta matéria, esta proposição enseja, exatamente, um posicionamento do PMDB.

Sr. Presidente, neste instante, mais uma vez, sentimos a extrema necessidade da retomada das prerrogativas do Poder Legislativo. E dentro da retomada dessas prerrogativas do Legislativo, está o restabelecimento das condições do Tribunal de Contas, para que componha a estrita condição de órgão auxiliar do Poder Legislativo.

É óbvio, portanto, que está intimamente ligado à questão do retorno das prerrogativas do Poder, para que possamos colocar o Tribunal de Contas na sua estrita condição de órgão auxiliar deste Poder.

Além do mais, Sr. Presidente, é por esta razão que temos uma posição da Bancada, que nos manifestamos, neste instante, contra esse processo de indicação. Porque, não é admissível, no nosso entendimento, que o fiscalizado venha indicar o fiscal. Que o Governo do Estado venha fazer a indicação do fiscalizador.

Não temos absolutamente nada — ao contrário, poderíamos ter, e temos, boas e grandes referências desse ex-Deputado, homem dedicado à causa jurídica, o Dr. Cândido Martins de Oliveira, que está na pauta de indicação.

Mas, se nada temos, ao contrário, e ao contrário, merecem elogios as suas qualidades técnico-jurídicas, o fazemos ao processo de indicação.

A Bancada do PMDB, por essa razão, através de sua Liderança, solicitou ao Deputado Lineu Turra que seja o Presidente de um Grupo de Trabalho, nesta Casa, com o objetivo de reunir subsídios e dar, à Bancada, uma sugestão para democratizar esse processo de escolha.

E na democratização desse processo de escolha, talvez, teremos necessidade de incluir uma Emenda Constitucional, onde serão cuidadas e ter participação nesse processo de escolha, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho dos Economistas, o Conselho dos Contabilistas e tantas outras entidades. E uma vez democratizadas essas indicações, tenham efetivamente, através da Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa, o poder até de sabatar os que possam ser indicados. As fórmulas, as maneiras, pretendemos trazer no futuro.

Mas, pretendemos deixar, aqui, o registro desta pretensão do PMDB, e por isso, já indicando o Deputado Lineu Turra para proceder esse trabalho preliminar.

E a posição final da Bancada do PMDB é, exatamente, posicionar-se contra esse processo indicativo, a maneira como ele se apresenta, a maneira como é feita, em que o fiscalizado indica o fiscalizador.

Por essa razão, a Bancada traz essa posição oficial. Mas, ao mesmo tempo, no caso específico da indicação do nome ora em pauta, deixa os Srs. Deputados do PMDB liberados para votar conforme seu foro íntimo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Iremos iniciar o processo de vota-

ção.

O Sr. 1.º Secretário irá fazer, em seguida, a chamada dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Airton Cordeiro).

Deputado João Mansur

Deputado Gilberto Carvalho

Deputado Fiori Luiz

Deputado Augusto Carneiro

Deputado Nilso Sguarezi

Deputado Ezequias Losso

Deputado Edilson Alencar

Deputado Adalberto Daros

Deputado Aguinaldo Pereira Lima

Deputado Airton Cordeiro

Deputado Antônio Cotrim

Deputado Antônio Facci

Deputado Basílio Zanusso

Deputado Carlos Zanlorenzi

Deputado Cyro Martins

Deputado Dácio Leonel

Deputado Darcy Deitos

Deputado David Cheriegate

Deputado Del Ciel

Deputado Deni Schwartz

Deputado Egon Pudell

Deputado Erondy Silvério

Deputado Fidelcino Tolentino

Deputado Francisco Escorsin

Deputado Fuad Nacli

Deputado Gabriel Manoel

Deputado Gabriel Sampaio

Deputado Gilberto Agibert Filho

Deputado João Elísio

Deputado José Domingos

Deputado José Domingos Scarpellini

Deputado José Tavares

Deputado Jurandir Messias

Deputado Lázaro Dumont

Deputado Leônidas Chaves

Deputado Lineu Turra

Deputado Luiz Alberto de Oliveira

Deputado Mário Celso

Deputado Nelson Friedrich

Deputado Nelson Buffara

Deputado Nestor Baptista

Deputado Palácios

Deputado Paulo Camargo

Deputado Pinto Dias

Deputado Quielse Crisóstomo

Deputado Renato Bernardi

Deputado Renato Bueno

Deputado Romero Filho

Deputado Rosário Pitelli

Deputado Tadeu Lúcio Machado

Deputado Tércio Albuquerque

Deputado Trajano Bastos (ausente)

Deputado Túlio Zanchet

Deputado Rubem Valduga

Deputado Waldyr Pugliesi

Deputado Werner Wanderer

Deputado Wilson Fortes

O SR. 1.º SECRETÁRIO – Atenção para a segunda chamada:

Deputado Fiori Luiz

Deputado Nilso Sguarezi

Deputado Antônio Cotrim

Deputado Carlos Zanlorenzi

Deputado Dácio Leonel

Deputado David Cheriegate

Deputado Deni Schwartz

Deputado João Elísio

Deputado José Domingos Scarpellini

Deputado José Tavares

Deputado Pinto Dias

Deputado Trajano Bastos.

Votaram 46 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Votaram 46 Srs. Deputados. Para escrutinar os votos a Presidência designa uma comissão integrada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério, Nelson Friedrich, Adalberto Daros e Paulo Camargo.

(É feita a verificação)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Esta Presidência vai divulgar o resultado apurado.

Votaram 46 Srs. Deputados.

42 Srs. Deputados votaram SIM.

1 Sr. Deputado votou NÃO.

3 Srs. Deputados votaram em BRANCO.

Aprovada a Proposição n.º 28/81, que indica o nome do Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Beraldo. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Heloísa Fabris Soares, ocorrido em Campo Largo. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação de curso de segundo grau (segundo ciclo) no Rincão São Francisco, em Foz do Iguaçu. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso e Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Correia de Freitas, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Correia de Freitas, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Hidesato Tamura, Pastor da Igreja Evangélica Holiness, ocorrido nesta Capital. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 15/81. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho do Paraná. – **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

23 Srs. Deputados aprovam;

9 Srs. Deputados rejeitam.

Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime

de urgência para o Projeto de Lei n.º 20/81.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Valduga, Lázaro Dumont e Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade aos cafeicultores brasileiros pelo Encontro na Cidade de Poços de Caldas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a suspensão do credenciamento dos médicos que atenderam os menores Magno Luciano de Lima, em nossa Capital, e Marcos Nantes, no Município de Arapongas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Waldyr Pugliesi e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao trabalho desenvolvido pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, bem como a transcrição nos Anais da Casa de seu documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano" e de sua nota oficial sobre a mesma questão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

(O documento acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e outros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam registrados os sentimentos de solidariedade da Casa, pelo primeiro aniversário do violento assassinato de Dom Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança, consubstanciado em pedido de informações, sobre a criminosa expedição de carteiras de motoristas e sobre a corrupção no DETRAN de Umuarama.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH -- (Pela Ordem) -- Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

10 Srs. Deputados o aprovam,

24 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO -- (Pela ordem) -- Sr. Presidente, não deu guarida, a Bancada do PDS, ao requerimento, porque ele continha acusações sem nenhuma prova documental.

No entanto, como as acusações são gravíssimas, assumo o compromisso de trazer à Bancada do PMDB pronunciamento do Sr. Secretário da Segurança a respeito do conteúdo do requerimento que a Casa acaba de rejeitar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da Itaipu Binacional, às lideranças dos agricultores desapropriados e ao Presidente da FAEP, a fim de que este último seja o mediador no impasse surgido entre agricultores desapropriados na região oeste do Paraná e a Itaipu Binacional, sobre o montante das indenizações devidas.— **Em votação.**

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE (Pela ordem) -- Sr. Presidente, dado estar vencida a matéria, o pedido da constituição de uma comissão de agricultores, passou a ser intermediário, o Sr. Ney Braga, ou seja, o Governo do Estado, gostaria de agra-

decar a todos os Srs. Deputados que iriam aprovar o meu requerimento e solicitar de Vossa Excelência, Sr. Presidente, que o retire da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Deferido.

Retirado, portanto, da Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação de Postos Policiais no Bairro Rincão de São Francisco, nos Parques Marumbi, I, II e III, em Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo esclarecimentos sobre os fatos ocorridos na Cidade de Florestópolis, envolvendo o Delegado de Polícia local e o Comandante da Polícia Militar de Porecatu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos trabalhos apresentados durante a realização do II Encontro Nacional dos Cafeicultores, em Poços de Caldas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de melhorar o atendimento no setor de segurança, bem como a instalação de um Posto Avançado de atendimento policial no Parque Marumbi I, II e III, no Município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, reivindicando alteração na legislação sobre ICM de bovinos, associando-se a pedido já realizado pela Sociedade Rural de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Friedrich, Gernote Kirinus e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos agricultores que lutam por melhor indenização para suas terras que serão alagadas pelo reservatório de ITAIPU. — **Em votação.**

O SR. GERNOTE KIRINUS -- (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, somente para reforçar a intenção e a justiça desse requerimento, nós até poderíamos pedir, em outro requerimento, que reforçasse o apoio, uma vez que este requerimento já está um tanto defasado no tempo.

No entanto, gostaria de reforçando a urgência desse requerimento, deixar aqui à Casa, aos Deputados, informados sobre a posição dos agricultores em recente tentativa de negociação empreendido pelo Governo do Estado.

Dizem eles que: (Lê):

"Ao iniciar-se a quinta semana de acampamento pacífico, recebemos de ITAIPU, que constrói a maior hidrelétrica do mundo pela extorção dos bens que possuímos, tão somente migalhas e ameaças.

Em lugar de apresentar soluções ITAIPU continua com manobras para enrolar e ganhar tempo. Mas estamos aqui para buscar uma decisão definitiva.

O excelente trabalho do ITC demonstrou claramente a injustiça dos preços praticados por ITAIPU, eis que pelos valores ofertados por terras CLASSE I, em março, pode-se adquirir apenas terras de CLASSE III. Mas ITAIPU despreza abertamente o próprio Governo do Estado que solicitou a pesquisa,

considerando-a como simples subsídio e não como base para negociações. Opõe-se, aliás, a qualquer tentativa de entendimento quer diretamente com os agricultores, que através da mediação do Governo Estadual ou outras entidades.

Da mesma forma ITAIPU desconsidera a solicitação da Comissão Interpartidária formada pela Assembléia Legislativa para que interrompesse as ofertas de acordo até que ficasse resolvido o impasse.

Pelo contrário, continua a exercer pressão sobre os futuros expropriados, entregando propostas até a menores cujos pais se encontram no acampamento.

Como aconteceu com a maioria dos quatro mil proprietários já indenizados dos que resistem a esta vergonhosa atuação da Empresa Binacional.

Esta mesma ameaça foi firmada, hoje, pelo seu diretor jurídico, em documento intitulado "Informação da ITAIPU".

ITAIPU tinha cinco anos para resolver todos os problemas, sobretudo de posse e titulação, e agora, sem oferecer solução, apela para meios sórdidos e abominados por toda a Nação brasileira.

Resta-nos permanecer acampados e, antes de tomar medidas drásticas clamar para que o Governo Federal demita o General Costa Cavalcanti e o Dr. Paulo Cunha com toda a sua equipe jurídica, pela flagrante incompetência e a vontade no exercício de funções para as quais estão sendo regamente remunerados por meio de recursos, em última análise, fornecidos pelo povo trabalhador.

Sem o pagamento justo do que nos pertence não iremos para casa.

Foz do Iguaçu, 14 de abril de 1981.

ORESTES JOSÉ GASPERINI

Pelo Movimento Justiça e Terra".

Esta é a posição recente, reação dos agricultores em resposta que ITAIPU deu, uma vez encaminhado documento do ITC à Binacional.

Portanto, a Binacional continua intransigente. Continua fazendo ouvidos moucos a agricultores que estão desesperados diante da sua situação.

Portanto, o apoio a esses agricultores, é realmente uma posição que se esta Casa já tomou quando nomeou através das Lideranças da Presidência, uma comissão interpartidária para acompanhar aquelas gestões.

As dificuldades que se tem encontrado estão justamente, diante da intransigência de ITAIPU.

Por isso, devemos realmente dar o nosso apoio ao movimento dos agricultores que até confiaram em órgãos do Governo do Estado, para resolver o impasse e até agora isso não tem tido sentido nenhum.

Sr. Presidente, é mais uma razão pela qual nós devemos nos manifestar publicamente em apoio àqueles agricultores.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação.

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do ITC e do IBDF, encarecendo que se intensifique a fiscalização na região de Apucarana, visando coibir a avassaladora desmatção que ora ali se verifica.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo do colunista Iberê de Mattos, ex-Prefeito de Curitiba, sob o título "Democracia ou Somente Tapeação", publicada no Jornal o Estado do Paraná.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo. (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão de desapropriação da área de terras abrangida pela Planta Jardim das Nações, no bairro de Tatuquara em Curitiba.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso pela posse da nova Diretoria da APASEM — Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e ao Ministério da Agricultura, sugerindo que adotem medidas visando isentar, a título de estímulo, do imposto territorial rural as áreas de terras não cultivadas pela existência de florestas naturais.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja determinado reparos no prédio da cadeia pública na Cidade de Palmeira.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a substituição de viatura da Delegacia de Polícia de Palmeira, cujo veículo se encontra em péssimas condições de uso.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, pela outorga que lhe fez a Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, do título de "Personalidade AECIC/81".— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências junto à Chefia do VIII Núcleo Regional daquela Pasta, para apuração de denúncias formuladas pelo cidadão Valdomiro Bigatton, referentes à conduta de professor.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, visando a instalação de rede de água e esgoto na sede do Distrito de Diamante do Oeste, Município de Matelândia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Ministério das Comunicações, encarecendo que se cumpra a lei que estabelece o percentual de cinquenta por cento de música brasileira nas programações de rádio e casas noturnas.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) com sede no Município de Prudentópolis, pela inauguração de seu centro social, esportivo e cultural.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do trecho do discurso proferido pelo Sr. José Marcos Penteado de Toledo, Presidente da Sociedade Rural do Noroeste Paranaense, quando da abertura da XI Exposição Agropecuária e Industrial de Paranavai, e publicado pelo "Diário do Noroeste", e que trata sobre o índice inflacionário em nosso País.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo. (O discurso acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de serviço telefônico na localidade de Duas Barras, no Município de Capanema.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Sr. Governador do Estado, pelo reinício da construção asfáltica do trecho São Gerônimo da Serra-Pirai do Sul, conhecida como Estrada do Cerne.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "O Avanço da Imoralidade", publicado no jornal o Estado do Paraná.— **Aprovado.** (O artigo encontra-se publicado no final desta Ata). Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, em forma de apelo no sentido de determinar providências administrativas tendentes a melhorar a oferta de produtos farmacêuticos, nos postos de venda.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação dos Distritos Judiciários de Diamante D'Oeste e Ramilândia, no Distrito de Matelândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura, Presidentes dos Banco Central e Banco do Brasil S.A., encarecendo agilização no pagamento de PROAGRO aos Triticultores do Oeste Paranaense.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e aplausos ao Colégio Bom Jesus, pela inauguração da Aldeia Franciscana, no Município de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e congratulações à Associação Nacional de Apoio ao Índio - ANAI-Pr., lembrando a passagem do primeiro ano do assassinato do Líder kaingang Ângelo Cretã e pelo trabalho desenvolvido em favor dos núcleos indígenas do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, em forma de pedido de informações sobre certificados de qualificação profissional, expedidos pela referida Secretaria.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, na íntegra do documento dos agricultores atingidos pelo lago da Usina Itaipu.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

(O documento acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos alunos do Colégio David Carneiro, de Marechal Cândido Rondon, presos e afastados injustamente do referido estabelecimento de ensino, após participarem de movimento pela recondução ao cargo de Diretor, do Professor Arno Gerke.— **Rejeitado.**

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

9 Srs. Deputados o aprovam,

22 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem, consubstanciado em pedido de informações das razões geradoras da paralização do asfaltamento da estrada que liga Toledo-Santa Helena, trecho Toledo-Ouro Verde I - Luz Marina.

(Tumulto em plenário).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem os devidos lugares a fim de que possa prosseguir a sessão.

Em votação o requerimento do Deputado Nelson Friedrich.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicito a Vossa Excelência a verificação de votação, porque é um pedido de informações sobre uma estrada paralizada recentemente e que pode ser que não foi bem assimilada pela Bancada do PDS esta nossa solicitação, devido ao tumulto presente aqui na nossa direita.

Solicito leitura novamente da súmula do requerimento e a verificação de votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário a leitura do inteiro teor do requerimento.

(O Sr. 1.º Secretário procede a leitura).

O SR. PRESIDENTE (A Mesa irá proceder a verificação de votação).

(É feita a verificação).— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da RADIPAR, encarecendo que envie esforços para que Campo Mourão receba as imagens da TV TAROBÁ de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação e instalação do ensino de primeiro grau, 5a. a 8a. séries, na localidade de Faxinal dos Castilhos, Município da Lapa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, consubstanciado em apelo no sentido de ser concedida, ao guia do deficiente visual (cego) a gratuidade no transporte coletivo urbano.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem dos 91 anos de emancipação política.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Governador do Estado, encarecendo medidas para que seja mudada a localização da Subestação do Sistema de Itaipu, em Campo Largo, implantando-a em área de menor valor produtivo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça e das Relações Exteriores, encarecendo providências visando a devolução do cidadão britânico Ronald Biggs ao território brasileiro sob qual tutela estava, requer ainda o mesmo empenho para que o casal seqüestrado em território nacional Lillian Celiberti e Universindo Diaz seja devolvido ao Brasil.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, seja oficiado à Secretaria de Recursos Humanos, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam efetuados estudos sobre a viabilidade do aproveitamento no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, dos portadores do Título de Técnico de Enfermagem, obtido através de curso profissionalizante de Segundo Grau. — **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Dominigos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a interferência do mesmo junto à Rede Ferroviária Federal e à FEPASA, em São Paulo, no sentido de se restabelecer a ligação ferroviária entre Maringá a Ourinhos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, encarecendo diárias, auxílio moradia ou ajuda de custo para transporte de funcionários do Oitavo Distrito em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SUREHMA, encarecendo providências para o problema de poluição ambiental causado por desprendimento de fumaça tóxica na Empresa Carelli e Cia. Ltda. em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INAMPS, encarecendo a doação de uma perua ambulância, equipada, para o Hospital Universitário de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja enviado à Cidade de Santo Antônio da Platina, uma equipe técnica a fim de apurar possíveis irregularidades nas Panificadoras.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministro da Agricultura, encarecendo o início imediato do Programa de Combate à Peste Suína nos Estados do Sul.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albu-

querque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil, no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de quatro telefones públicos no Rincão São Francisco em Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do DNER, em forma de apelo no sentido de serem tomadas providências relativas ao cruzamento da BR-116.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Tura, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN, em forma de apelo no sentido de coibir abusos de determinados motoristas que transitam pela cidade, solicitando ainda, seja determinado maior policiamento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao agricultor Marcelo Barth, pelo posicionamento tomado em relação às reivindicações do Movimento Justiça e Terra.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de TELEX aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo revisão nos critérios de indenizações do PROAGRO, referentes a última safra de trigo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Ministro do Interior, Presidente da COHAPAR, encarecendo a suspensão das execuções judiciais contra os mutuários do Sistema Habitacional do BNH que se encontram em atraso com as prestações da casa própria em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o pronunciamento formal da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sobre o caso dos proprietários do Quinhão 11, do Município de Sertaneja, que se vêem ameaçados de expulsão por força de decisão judicial.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telegrama aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Presidentes do Senado e da Câmara Federal e demais autoridades, contra mutilação de bancadas federais em benefício dos Territórios de Roraima, Amapá e Rondônia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em memorial após assinado por representantes das entidades de classes de nosso Estado, bem como pela maioria dos Srs. Deputados desta Casa, reivindicando a nomeação de um paranaense para o cargo de Ministro da Agricultura.— Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solici-

tando a presença dos Srs. Secretário da Indústria e Comércio e Presidente do BADEP, a esta Casa, para em Plenário prestarem os esclarecimentos com referência a anunciada compra de ações da Empresa Volvo do Brasil Motores e Veículos S/A pelo BADEP. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela instalação das agências do Banco Del Paraná S/A. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a implantação de uma Delegacia Distrital de Polícia no Jardim Paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo a reimplantação do sistema de guardas de trânsito em frente às escolas da Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo em favor dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Itamarati, na pessoa do Chanceler Saraiva Guerreiro, sugerindo o rompimento das relações diplomáticas que o Brasil mantém com a República de El Salvador, face ao regime de terror ali implantado. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, consubstanciado em apelo no sentido de ser estudada a possibilidade de elevar Guaratuba a Comarca. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Delegacia de Polícia e Cadeia, na sede do Município de Jesuítas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do I.P.E. encarecendo informações a respeito do não funcionamento do Gabinete Oftalmológico daquele órgão, na cidade de Londrina. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regi-

mento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando envio de telex propondo votos de aplausos ao Dr. Eduardo Seabra Fagundes e demais Conselheiros, pela gestão frente do Conselho Federal da O.A.B. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos Diretores do jornal “Nosso Tempo”, de Foz do Iguaçu, jornalistas Juvêncio Mazzarollo, Aluizio Palmar e João Adelino de Souza, por estarem enquadrados nos artigos 14 e 42 da Lei de Segurança Nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao movimento dos agricultores que exigem prorrogação no prazo de vencimentos dos financiamentos de custeio de soja para até o final do mês de julho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo “Dilapidador de Mandatos”, de autoria de Marçal Versiani, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”. — **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Secretaria de Segurança Pública, encarecendo providências para conter arbitrariedades do Delegado de Polícia de São Jorge d’Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que seja enviada a esta Casa Mensagem regulamentando a aplicação da contagem recíproca do tempo de serviço, tendo em vista a recente regulamentação da Lei Federal que tratou do assunto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, encaminhando voto de louvor aos policiais que efetuaram a prisão do contrabandista-assassino Manuel Riatto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília e ao Parlamentar Marcelo Cerqueira, encaminhando Moção de Solidariedade àquele parlamentar pelo inominável atentado à bomba contra sua residência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de apoio à Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Alberico Cordeiro (PDS-AL) que amplia de seis para doze meses o prazo de desincompatibilização dos componentes de cargos do Poder Executivo, que pretendem concorrer em eleições. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 23 Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela criação e instalação da Cooperativa

de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques, com jurisdição também nos Municípios de Catanduvas, Três Barras e Quebras do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado, Secretário das Finanças e Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná, visando a instalação da Agência de Rendas para o Município de Três Barras do Paraná, recentemente emancipado de Catanduvas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Senhores Presidente do IBDF e ITC., no sentido de se intensificar a fiscalização dessas entidades, em toda região da Usina Capivara, visando coibir os abusos e desmandos de caçadores inescrupulosos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja urgenciada a instalação de monocal telefônico no Distrito de Nova Concor dia, Município de Teledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pelas medidas adotadas para o cumprimento das obrigações do Poder Público com os Precatórios-Requisitórios. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando a composição de uma Comissão de Srs. Deputados para gestionar junto ao Sr. Ministro dos Transportes a reativação do transporte ferroviário de passageiros, no trecho Maringá a Ourinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado, denunciando violência cometida por policiais militares contra Lino Bilino de Goes, em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de uma cabine telefônica na localidade de Alto do Ouro Verde, Município de Tapira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um monocal, na localidade de Nice, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela posse do Doutor Gerson Gonçalves na Presidência da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação desta Casa às reivindicações da Cooperativa de Cascavel e das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Estado, no sentido de sejam prorrogados os prazos de custeio para os sojicultores, e para justificar o requerimento, solicita a transcrição nos Anais desta Casa dos telex enviados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a

anexação da documentação que acompanha o requerimento, ao datado de 6-11-80, assinado pelos parlamentares Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, ora em tramitação na CCJ desta Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente da sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Aeronáutica e à Diretoria da Aeronáutica Civil, encarecendo a criação de um serviço de aviação de terceiro nível (Rio-Sul ou TAM) fazendo a ligação Umuarama-Maringá e Guaíra-Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao funcionário desta Casa, Sr. Sebastião de Cristo, que após longos anos de profícuo trabalho a este Poder Legislativo vem de se aposentar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos em data de 25 de abril do corrente ano, na Comarca de Goio-Êrê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos a Associação Tagliari de Campo Mourão, que representa o Paraná na VIII Taça Brasil de Futebol de Salão que está sendo realizada em Cuiabá - MT. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a inclusão do Tremoço como produto isento ou diferido para efeito de cálculo do ICM. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Vereadores, em forma de apelo visando a revogação da legislação que estabelece a vida útil dos automóveis utilizados para o serviço de táxi desta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, sugerindo que sejam tomadas medidas urgentes para colocação de equipamentos apropriados de distribuição e venda de combustíveis para que o consumidor possa verificar que não está comprando produto adulterado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública, Comandante da Polícia Militar do Paraná e Comandante de Policiamento da Capital, para que seja implantado um Posto Policial de Socorro Familiar, na Vila São Pedro, no bairro do Xaxim, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo a implantação de uma Escola de segundo grau com edificações próprias no Conjunto Residencial Santa Efigênia, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, requer seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do INAMPS, solicitando credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas, para o Município de Jesuítas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Superintendente Estadual do Banco do Brasil e ao seu Presidente, Dr. Oswaldo Roberto Colin, encarecendo a implantação na agência do referido Banco do Brasil, em Ponta Grossa da Carteira de Câmbio.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial para proceder estudos com objetivo de estabelecer normas para regulamentação da cobrança e aplicação da taxa judiciária, autorizando para tanto o seu Presidente a convidar um representante do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Paraná, do Poder Executivo para compor a referida Comissão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex aos Srs. Presidente do Banco do Brasil, Superintendente Regional do Banco do Brasil, Presidente do Banco Central e demais autoridades, encarecendo a imediata revogação da instrução do Banco do Brasil, exigindo a medição da área de plantio, em cada financiamento de custeio agrícola.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Agricultura e Indústria e Comércio, Banco do Brasil, e Banco Central, encarecendo a concessão de um reajuste nos financiamentos de custeio já realizados, de forma a se destinar maiores recursos para a colheita de café.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela criação e instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques, com jurisdição também nos Municípios de Catanduvas, Três Barras e Quedas do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Quería, dentro do Regimento Interno, solicitar a Vossa Excelência que nos oriente como podemos fazer para nos desligar de todas as Comissões Técnicas que pertencemos.

Verbalmente ou por escrito?

Quería que Vossa Excelência anotasse que me considero desligado de todas as Comissões Técnicas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência deverá enviar a esta Mesa um requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Enviaremos oportunamente, Sr. Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 72/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 1981.

“TRABALHOS APRESENTADOS NO II ENCONTRO NACIONAL DOS CAFEICULTORES, REALIZADO EM POÇOS DE CALDAS.

No quadro das profundas alterações que se têm verificado na economia nacional nesses últimos anos, avulta um setor atingido por um dirigismo estatal nitidamente discriminatório: a cafeicultura.

A intensidade desse tratamento diferenciado pode ser aferida pela disparidade entre o comportamento dos níveis de remuneração propiciados aos cafeicultores pela política de intervenção governamental no mercado, de um lado, e o dos preços observados no restante da economia, de outro.

Para balizamento dessa comparação, afigura-se válido considerar como ponto inicial o ano de 1977, que, pelo relativo equilíbrio oferecido no conjunto do organismo econômico nacional, foi recentemente adotado pela conceituada Fundação Getúlio Vargas como base de suas séries de Índices de Preços.

Partindo-se, pois, do referido ano e utilizando-se dados dessa fonte, observa-se que, enquanto o Índice Geral de Preços subiu 331,5% até julho de 1980, no mesmo período os preços recebidos pelos cafeicultores tiveram incremento de apenas 124,2% (vide ANEXO I).

Não bastasse essa evidente injustiça imposta ao café, uma visualização mais íntima e ainda mais alarmante desse estado de coisas pode ser obtida através da comparação dos mesmos Índices de Preços recebidos pelos cafeicultores com os Índices de Preços dos insumos e instrumentos de trabalho necessários às suas atividades.

Igualmente com base em dados de fontes oficiais, verifica-se que, no mesmo período já indicado, enquanto os índices de receita do produtor subiram os 124,2% anteriormente referidos, os encarecimentos dos mais importantes fatores de produção atingiram (vide ANEXOS II a V) os seguintes percentuais:

428% a 665% para fertilizantes;
383% a 941% para fungicidas;
292% a 316% para tratores;
371% para carreta típica;
588% para pulverizadores;
195% a 259% para mão-de-obra.

Portanto, sobre o cafeicultor, ao qual não se proporciona sequer uma reposição do valor real da moeda, desabam os reajustes dos preços de tudo aquilo de que ele necessita para continuar a produzir, em pesada desproporção com as suas receitas arbitrariamente tabeladas e ocasionando, portanto, uma violenta deterioração nas “relações de trocas” entre a cafeicultura e os demais setores da economia.

Além de desestimulante, esse tratamento é discriminatório mesmo no interior do universo agrícola, habitualmente contido por medidas oficiais de compressão de sua rentabilidade. De fato, na comparação entre a evolução dos preços recebidos por alguns dos mais importantes ramos de produção rural, avulta o enorme descompasso a que é relegado

o café. Sempre com base em dados oficiais, verifica-se que, de 1977 a julho de 1980, enquanto o cafeicultor teve um aumento nominal de preços da ordem dos 124,2 por cento já indicados, outros setores puderam beneficiar-se de majorações (vide ANEXO VI) das seguintes proporções:

244,4% para o algodão;
441,1% para o arroz;
364,8% para a cana;
385,4% para o feijão;
383,2% para o milho;
532,7% para o boi de corte.

Com base nesses dados, pode-se estabelecer que, além da referida deteriorização nas "relações de troca", café/resto da economia, houve uma perda de posição relativa do café no contexto do setor agrícola, que se pode dimensionar (vide ANEXO VII), como segue:

65,1% do índice do algodão;
41,4% do índice do arroz;
48,2% do índice da cana;
46,2% do índice do feijão;
46,4% do índice do milho;
35,4% do índice do boi de corte.

E não poderia haver melhor demonstração de que este estado de inferiorização financeira traduz a prevalência de uma diretriz intencional de política econômica, que o fato do Governo insistir em manter, atualmente, exclusivamente sobre o café e quando não existe justificativa de qualquer espécie para isso, dois instrumentos de confisco: o confisco cambial e o Imposto de Exportação.

Portanto, enquanto persistir esse duplo e injustificável gravame, não há retórica capaz de afastar a convicção dos produtores de que há um intuito consciente de discriminar contra o café.

É nesse clima psicológico depressivo e em meio ao quadro de fatores econômicos adversos que se acaba de retratar, que cada vez mais se encorpa a tendência a uma evasão da atividade cafeeira, na medida das possibilidades de cada um em desvencilhar-se dos comprometimentos de ordem creditícia que o amarram à cafeicultura.

As estatísticas oficiais, com a natural defasagem entre o que a realidade encerra em potencial e o que já se traduz em efeitos plenamente concretizados, não dizem tudo a respeito dessa tendência: na verdade, tais números captam, quando muito, a cabeça do "iceberg" que se mostra à superfície, enquanto todo o seu muito mais volumoso corpo submerso vem a ser detectado por meio da convivência assídua das lideranças rurais com o comum dos empresários do interior, traduzindo-se nos pungentes testemunhos que afluem para um fórum da autenticidade e qualificação desta Junta Consultiva.

Não obstante essas ressalvas, a contração já operada nas áreas dedicadas à cafeicultura em dois principais e mais tradicionais Estados produtores - Paraná e São Paulo - é mais do que sintomática, refletindo um fenômeno que assume configuração preocupante, a saber:

SÃO PAULO	N.º DE COVAS
1979/80	979.920
1980/81	908.648

1981/82	880.680
PARANÁ	N.º DE COVAS
1979/80	828.077
1980/81	719.074
1981/82	680.736

Fonte: IBC.

E não se deve encarar com naturalidade esse fenômeno, na presunção de que a cafeicultura que expira nessas terras renascerá alhures, pois, nesse enfoque do problema está-se esquecendo que toda aquela complexa infraestrutura inerente a uma fazenda de café - e que representa a imobilização de vultosos recursos num País carente de capitais próprios - não se pode transferir de uma região para outra, de modo que a desativação do seu potencial produtivo significa um irremediável e pernicioso desperdício.

Somando-se às imobilizações materiais, o "know-how" genuinamente nacional que simultaneamente se condena à ociosidade e gradativa dissipação, pode-se avaliar as proporções do verdadeiro desencontro de formulação política, configurado no quadro que se acaba de retratar.

Mas, também de um ponto de vista mais imediato, essa tendência à contração do parque cafeeiro tem implicações bastante sérias do ângulo do interesse coletivo. E o que se evidencia, considerando-se o setor cafeeiro sob três aspectos principais:

— como gerador de divisas para o orçamento cambial;

— como criador de emprego e fator de fixação de mão-de-obra no meio rural;

— como instrumento de soerguimento econômico-social de regiões menos desenvolvidas do País.

No que se refere ao primeiro aspecto — contribuição para o orçamento cambial — o café tem comparado, através dos anos, de forma regular e substancial, como a principal fonte geradora de divisas do País (vide ANEXO VIII). Ainda em 1980, as mais recentes estimativas oficiais creditam ao setor café um aporte de quase 2,8 bilhões de cruzeiros para o nosso orçamento cambial, se se considerarem as vendas de produto em grão e industrializado.

A essa presença marcante no setor externo de nossa economia, se acrescenta o desempenho da cafeicultura no mercado de trabalho do interior do País.

Uma avaliação a respeito pode ser procedida de acordo com os seguintes critérios:

— o parque cafeeiro nacional é constituído atualmente, por aproximadamente, 3,3 bilhões de cafeeiros;

— um trabalhador pode tratar, em média, 3.000 pés de café;

— conseqüentemente, os referidos 3,3 bilhões de cafeeiros demandam o trabalho de 1.100.000 homens, diretamente no cafezal.

Esta cifra, nas atuais condições de rotatividade da mão-de-obra, é na verdade maior, pois, no ciclo de um ano mais de uma pessoa se alternam no trato de cada bloco de 3.000 pés.

Por outro lado, em fases como a de colheita, a esse contingente se agregam quantidades adicionais de trabalhadores para a efetivação das tarefas necessárias.

Haveria ainda a acrescentar um número também significativo de pessoas que labutam regularmente em atividades de suporte da empresa cafeeira, desde

simples braçais até administradores.

No entanto, à falta de recenseamento ou de critérios absolutamente fidedignos para o dimensionamento destas parcelas adicionais, pode-se argumentar preliminarmente apenas com aqueles 1.100.000 trabalhadores.

Presumindo-se que estes tenham como seus dependentes quatro pessoas — cifra bastante moderada, pelo que se conhece de nossa realidade rural — ter-se-ia, entre trabalhadores diretamente empregados e dependentes, uma população de nada menos de 5.500.000 de pessoas vivendo dos ganhos obtidos no trato do cafezal.

Número este que, se somadas às demais parcelas acima anunciadas e não dimensionadas, seguramente ultrapassaria a casa dos 10.000.000 — ou seja: algo em torno de 8 por cento de toda a população atual do Brasil.

Pode haver, pois, mais ponderável fator de manutenção do equilíbrio econômico, social e até político do País?

É só considerar o que esse contingente humano sustentado pelo café representa como:

- mercado de consumo para nossas indústrias, no interior;
- contrapeso para os fluxos migratórios rumo aos grandes centros urbanos.

Ou, inversamente, imaginar o que seriam as já exasperantes condições de vida nas nossas grandes metrópoles, se para lá afluísse essa população, na hipótese de vir ela a perder seu emprego na cafeicultura...

Neste ponto, convém também estar alerta contra o simplismo daqueles que, desconhecendo de nossa realidade rural e cegos às evidências das atuais injunções sociológicas, supõem que os trabalhadores que deixassem de encontrar emprego nas lavouras de café de regiões tradicionais iriam aventurar-se a reiniciar a vida nas imprevisíveis e intimidatórias condições de novas fronteiras agrícolas no sertão bravo. Isto poderia dar-se em alguma porcentagem, mas o grosso desses deserdados sucumbiria às ilusórias atrações da cidade-grande, onde as esperanças de maior parte deles naufragaria nas ondas do desemprego, da miséria, da desagregação familiar, da infância marginalizada, da prostituição e do crime.

A par dos aspectos contrastantes dessa realidade, do ponto de vista humano, há que levar em consideração também, de uma perspectiva puramente financeira, o custo do atendimento das necessidades básicas desses contingentes de rurícolas deslocados para as grandes cidades: por muito menos do que se exigiria para propiciar-lhes a infraestrutura de serviços urbanos mais elementares, seria possível — através de justa remuneração à atividade cafeeira — reter essa população nos campos, onde estaria enraizada num contexto pleno de significado humano e dedicando-se à criação de riquezas, ao invés de transformar-se numa massa amorfa de consumidores potenciais sem capacidade de pagamento. Portanto, num balanço social de opções, o justo preço para o café constitui alternativa economicamente mais vantajosa que a vã tentativa de atender às necessidades de incontáveis grupos de marginalizados a aglomerar-se nas periferias das grandes cidades, transformando-as em quistos de violência e de tensões.

É também, sob o prisma de suas implicações

sociais e políticas que se impõe a outra linha de considerações anteriormente enunciada e referente ao papel do café na regulação do equilíbrio da convivência entre os brasileiros de todos os quadrantes.

De fato, segundo os mais recentes levantamentos do IBC (vide ANEXO IX), algo superior a 12 por cento dos 3,3 bilhões de cafeeiros hoje existentes no País se situa fora das tradicionais zonas de produção, promovendo a criação de empregos, a distribuição de renda e a retenção de mão-de-obra no meio rural, localizando-se notadamente, em regiões de menor grau de desenvolvimento relativo, tais como: Norte do Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso (Sul e Norte), Rondônia, Ceará e Pernambuco, para mencionar apenas os mais expressivos.

E é a essas regiões — cujo soerguimento econômico para atenuação das disparidades de níveis de vida dentro das fronteiras do País, é imperativo indeclinável que se impõe à consciência nacional — que o café está levando trabalho, poder de compra, multiplicações das arrecadações fiscais, enfim, todos os fatores de progresso e bem-estar.

Fazer justiça ao café, eliminando o tratamento discriminatório com o qual esse produto vem sendo penalizado pelas diretrizes observadas no dirigismo estatal operante nessa área, representará, pois, fazer justiça — garantindo o emprego e propiciando melhores oportunidades de ascensão social — a uma parte ponderável, não menos de oito por cento da população brasileira, distribuída através de diversas Unidades da Federação.

E como, concretamente, efetivar essa justiça?

A resposta é inequívoca: propiciando ao café níveis de preços compatíveis com o valor intrínseco do produto e com a realidade econômico-financeira do País.

Nesse sentido, se aos preços vigentes para o café em 1977 (ano adotado, pelas razões já indicadas, como base de referência), se aplicassem fatores de correção monetária, EM DEZEMBRO DE 1980, os produtores deveriam estar auferindo, por saca beneficiada as seguintes cotações:

— Cr\$ 11.128,40 se a correção se fizesse com base no Índice Geral de Preços calculado pela Fundação Getúlio Vargas (Vide ANEXO X);

— entre Cr\$ 9.641,80 e Cr\$ 17.712,90, dando uma média de Cr\$ 13.772,10, se a correção se fizesse com base nos Índices de Preços oficialmente coletados para outros ramos de produção que poderiam substituir os cafezais (Vide ANEXO XI).

Entretanto, se se preferir o caminho da tentativa de apuração dos custos reais de produção, poder-se-ia adotar como referência a planilha básica para esse fim, elaborada pelo IBC — consubstanciando, portanto, o modelo oficialmente aceito de estrutura de custos da lavoura cafeeira — e, após as correções e atualizações que são discriminadas e justificadas à parte (vide ANEXO XII), chegar-se-ia ao preço de garantia de Cr\$ 9.313,05 por saca beneficiada, em DEZEMBRO DE 1980.

Diante desses números, a opção a ser feita com vistas a assegurar a justiça que a cafeicultura reclama deve traduzir-se num nível de remuneração que não só possibilite a cobertura dos custos efetivos de produção, bem assim situe o café numa condição de competitividade com as alternativas que se oferecem para as terras por ele atualmente ocupadas, como também

traga aos empresários ora aplicados no setor, a emulação psicológica indispensável para que nele persistam, ensejando emprego para a mão-de-obra e irrigação de divisas para o País.

A base dos cálculos foi fixada EM DEZEMBRO DE 1980, por ser esse o ponto médio de incidência de gastos no cafezal. É sabido que a componente preponderante no custo de produção é a mão-de-obra, e é justamente no período da colheita, no final da safra, que essa parcela se faz mais substantiva. Pode-se afirmar, "a grosso modo", que 50 por cento dos gastos com mão-de-obra se referem ao processo de colheita.

Não se pretende a recomposição monetária de gastos já incididos, mas condições para a necessária capitalização de um setor que, agora mais do que nunca, é chamado a aportar maior volume de recursos próprios, além de ser obrigado a competir com outras atividades, no mercado financeiro, em busca de fontes alternativas de financiamento. Os recursos oficiais destinados ao setor, a par de serem insuficientes para atender a todo ciclo produtivo, foram violentamente onerados por taxas de juros mais elevadas.

Diante do quadro delineado, a alternativa mais consentânea com necessidades da cafeicultura seria a criação de melhores expectativas de reajustes apresentadas, a Junta Consultiva, depois de auscultar seus representantes através de um processo de sucessivas reuniões e pesar todas as dificuldades econômicas do País, que acredita conjunturais, optou pela menos onerosa para o Governo — Cr\$ 9.313,00/saca beneficiada. Nesse raciocínio, e supondo-se ainda um comportamento contingenciado dos níveis inflacionários para os próximos seis meses — 20 por cento no final do primeiro trimestre e 40 por cento no final do primeiro semestre — calcularam-se os patamares brutos para os futuros preços de garantia:

- 01 de abril de 1981 — Cr\$ 11.175,70
- 01 de julho de 1981 — Cr\$ 13.038,33

Descontando-se as despesas necessárias para a comercialização (sacaria, ICM, etc), alcança-se os seguintes valores líquidos:

- 01 de abril de 1981 — Cr\$ 8.940,56
- 01 de julho de 1981 — Cr\$ 10.430,66

A sistemática de anunciar previamente a política de preços mínimos, por um período mais amplo, tem a vantagem, de descortinar claras perspectivas para o empresariado rural que, somente assim, pode adotar decisões comerciais baseadas na racionalidade econômica. Por outro lado, ao criar horizontes favoráveis para os detentores do café, o Governo favorece o elo mais frágil da cadeia de comercialização — o produtor — evitando que eventuais aumentos de preços beneficiem apenas aos intermediários e/ou exportadores.

Tal condição afasta o receio da autoridade cafeeira em vir a ser obrigada a adquirir excedentes, minimizado que é pela gradativa valorização do produto ao longo do tempo, criando bases de forte sustentação interna, o que fatalmente se refletirá no mercado internacional.

Por esses motivos, a Junta Consultiva solicita ainda que o Governo reajuste os preços de garantia, trimestralmente, de forma automática, proporcionalmente à desvalorização cambial. Seria uma das alternativas para repassar ao produtor os benefícios de uma política agressiva de exportação.

Quanto à viabilidade de serem praticados os pre-

ços aqui sugeridos, basta um rápido exercício para provar sua exeqüibilidade: admitindo-se o cumprimento integral das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café; estipulando níveis mínimos de preço, quotas individuais de exportação e mecanismos de ajustes automáticos da oferta, elaborou-se a seguinte moldura das relações dos mercados externo e interno do café:

1) Funcionamento integral e efetivo das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café;

2) Face à primeira hipótese, a manutenção do preço-chão estipulado pelo AIC — US\$ 1,20/lb — como o mínimo a ser praticado no mercado internacional;

3) Despesas para transformar o preço CIP em FOB estimadas em US\$ 0,12/lb;

4) Em decorrência das hipóteses 2 e 3 um preço FOB/Brasil/efetivo estimado em US\$ 1,08/lb;

5) A manutenção do registro mínimo de exportação do IBC em US\$ 2,00/lb;

6) Em decorrência das hipóteses 4 e 5, a fixação de um confisco cambial de US\$ 0,92/lb;

7) Desvalorização cambial nos próximos seis meses (janeiro/julho) de 40 por cento, fazendo com que a taxa de câmbio, que em 01 de janeiro de 1981 estava cotada em Cr\$ 66,80/US\$, seja cotada a Cr\$.. 93,52/US\$.

Com estes parâmetros fixados, ter-se-ia em 01/07/81:

Registro Mínimo	US\$ 2,00/lb
Confisco Cambial	US\$ 0,92/lb
Cambial do Exportador	US\$ 1,08/lb
Cambial do Exportador	US\$ 1,08 x 132
	- US\$ 142,56/lb
Taxa de Câmbio	Cr\$ 93,52/US\$
Cambial em cruzeiros	Cr\$ 13.332,21

Descontando-se a "charge" habitual de 20 por cento alcançar-se-ia um total de Cr\$ 19.665,77, representando a remuneração líquida do exportador, compatível com o líquido solicitado pelos produtores em julho, da ordem de Cr\$ 10.430,66.

Note-se que o cálculo anteriormente apresentado, não levou em conta o imposto de exportação, incorporando-o ao preço de garantia.

Deixou-se de considerar a eliminação do confisco cambial apenas em atenção às atuais dificuldades comerciais do Brasil, mas procurou-se diminuí-lo e preconiza-se uma gradual transferência ao setor produtivo pelo mecanismo sugerido de repassar ao preço mínimo, trimestralmente, as eventuais desvalorizações cambiais.

APRESENTAÇÃO

A presente série de textos legislativos e normativos foi organizada, de modo a criar uma série de alternativas de decisão sobre as diferentes proposições de alteração na estrutura do IBC.

Na verdade, não existe apenas uma solução jurídica nem tão pouco uma que seja a juridicamente mais correta. A escolha das proposições deverá levar em conta, sobretudo, fatores de estratégia política.

Desta forma, cada uma de nossas propostas jurídicas tem vantagens e inconvenientes políticos que devem ser pesados em função dos objetivos e estratégias que os cafeicultores terão a definir.

O quadro de alternativas em forma de árvore de decisões apresenta de modo esquematizado os diferentes caminhos que poderão ser seguidos pelos cafeicultores.

Podemos dividir as proposições em duas grandes categorias:

I — aquelas onde é necessário recurso a medidas legislativas

II — aquelas efetivadas por simples ato do Poder Executivo.

Podemos notar desde já, que estas duas categorias jurídicas apresentam vantagens e inconvenientes políticos que devem ser levados em conta:

1 — MEDIDAS LEGISLATIVAS

Como sabemos, o elemento impeditivo da participação majoritária dos Produtores no Conselho do IBC é o Art. 177, do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Reza este artigo que “conselhos, comissões e outros órgãos colegiados que contarem com a representação de grupos ou classes econômicas diretamente interessadas nos assuntos de sua competência, terão funções exclusivamente de consulta, coordenação e assessoramento, sempre que aquela representação corresponda a um número de votos superior a um terço do total”.

Foi baseado neste artigo que alijou-se os cafeicultores de participação na junta administrativa do IBC, transformando-a em mero organismo consultivo.

Até que se prove a inconstitucionalidade de tal artigo, ele só pode ser alterado por instrumento legal de mesma força, ou seja, através de consulta ao Legislativo. O Decreto-Lei, para ser modificado, exige a lei.

Temos aqui, de novo, duas alternativas:

a) A reorganização do IBC por lei, e com ela revogar-se o Art. 177; ou

b) Revogar-se o Art. 177 por lei e reorganizar-se o IBC por decreto.

Essas alternativas apresentam inconvenientes e vantagens políticas que iremos analisar:

a) UMA NOVA LEI PARA O IBC

O Anexo I apresenta o texto completo desta lei. Em resumo, ela cria o Conselho Deliberativo composto de 04 (quatro) representantes de Ministérios Federais, aproximadamente 13 (treze) representantes da lavoura cafeeira, 05 (cinco) do comércio, 02 (dois) da indústria, 01 (um) da Confederação da Agricultura e 01 (um) das cooperativas. Os representantes da lavoura deverão ser eleitos por cafeicultores e os outros, indicados na forma a ser definida pelo regimento interno do IBC.

Além deste Conselho, cria também a Diretoria, determinando que ao menos 01 (um) membro dela seja cafeicultor indicado pelos representantes da lavoura no Conselho Deliberativo.

A Junta Consultiva é extinta e o Art. 177, do DL 200, revogado nas disposições finais.

Finalmente é criada por lei uma taxa de CUSTEIO do IBC.

A VANTAGEM desta alternativa é que ela é globalizante. Isto é tudo que deve ser alterado encontra-se em um único instrumento legal. A repercussão política da proposição é grande. Todas as intenções

estão visíveis. Começa-se a discussão com uma posição de força.

O INCONVENIENTE está muito ligado à vantagem acima exposta.

Para uma negociação, um texto único pode dificultar a discussão, pois, a discórdia em um tópico, pode paralisar o todo. Outro inconveniente é que apenas os cafeicultores serão o grupo de pressão no Legislativo, na medida que a alteração beneficia diretamente apenas a eles.

b) Revogação do Art. 177 por lei e reorganização do IBC por decreto.

Pode-se alterar o Art. 177, de três maneiras:

1) Revogação pura e simples (Anexo II)

2) Criação de exceção para conselhos criados por lei e que tenham sido limitados pelo DL 200 (Anexo III)

3) Criação de exceção para autarquias que executem, dirijam ou realizem política econômica de produto agrícola (Anexo IV)

Em qualquer das três hipóteses de alteração por lei do Art. 177, previu-se que o executivo deverá promover por decreto a criação no IBC do Conselho Deliberativo com participação majoritária dos produtores de café. O Anexo V é uma das alternativas que poderá ser apresentada ao executivo.

A VANTAGEM desta alternativa é a de aglutinar aqueles que tenham sido atingidos pelo Art. 177 em graus variados. Pelo Anexo II, com a revogação pura e simples, só os conselhos criados por lei deverão reivindicar equiparação e alteração. Já com a terceira alternativa, o Anexo IV só prevê exceção para autarquias relacionadas com a política econômica de produtos agrícolas, ou seja, o IBC e o IAA.

Uma outra vantagem é o impacto político que se criará. Vantagem que pode acabar sendo um INCONVENIENTE. Tocar no Decreto-Lei 200 é mexer com um dos mitos de Revolução — A reforma administrativa. Muita gente deve estar esperando uma oportunidade como esta para “engrossar as fileiras” daqueles que são contra a centralização administrativa. A reação do Governo Federal será pronta e vigorosa, pois a centralização ainda é uma de suas armas principais para o controle político do País.

Outro INCONVENIENTE é que a adaptação da lei será feita pelo Executivo através de decretos, e esta regulamentação poderá não atender integralmente a expectativa daqueles que aprovaram a lei, modificando o Art. 177.

Finalmente, com o último INCONVENIENTE, uma outra lei será necessária para alterar a sistemática da taxa de contribuição (confisco cambial), pois em nenhum destes textos ela poderá ser incluída (Anexo VII) na medida em que trata de matéria que exige instrumento legal específico.

II. MEDIDAS EXCLUSIVAS DO EXECUTIVO

Se o único recurso for o Executivo — ou se este for o melhor recurso — a proposta de decreto apresentada no Anexo VI atende plenamente o desejo dos cafeicultores, sem alterar o Art. 177, do Decreto-Lei 200.

Trata-se de contornar o Art. 177 que estabelece que as classes econômicas não poderão ser representadas nos órgãos deliberativos em número superior a 1/3.

O legislador fixou o que não pode, ou seja, limitou 1/3 a participação de classes econômicas, mas não estabeleceu como deveria ser composto os 2/3 restantes. Sabemos apenas que os 2/3 restantes não podem ter representantes de classes econômicas. Porém, os cafeicultores têm aliados que não são seus pares. São os representantes dos Governos dos Estados, que representam o poder público, mas que são aliados políticos das classes produtoras de seus Estados.

Contorna-se o Art. 177, propondo a formação de um Conselho Deliberativo no IBC, composto de 1/3 de representantes dos Ministérios Federais, 1/3 de representantes de Estados produtores e 1/3 de representantes das classes produtoras.

Existe vantagem nesta alternativa, se houver um espírito de negociação por parte do Governo. Neste caso, existem possibilidades de adoção da proposta. Esta não abala as estruturas jurídicas da centralização — o Decreto Lei 200 continua intacto — mas apenas sua dimensão político-participativa. E no campo da política pode haver interesse em se abrir espaços.

O primeiro INCONVENIENTE é que se não houver vontade de negociação, esta proposição causará um reduzido impacto político.

O segundo é que também neste caso será necessário instrumento legal específico para alterar a sistemática do confisco (Anexo VII).

Meus Senhores:

Os cafeicultores e os homens cultos deste País conhecem a fundo a importância do café na economia brasileira e suas implicações sócio-políticas. Por ser uma lavoura que exige grande quantidade de mão-de-obra, e oferece condições de emprego permanente. No correr dos 12 meses do ano, (ao contrário dos outros cultivos sujeitos à sazonalidade) este produto básico tem um ponderável peso social aliado à sua significação econômica.

O café, andarilho de 250 anos, entrou no Brasil pelo Norte, caminhou pelo Nordeste, fixou-se no Centro-Sul e, qual "boomerang", iniciou recentemente esse caminho de volta. Por onde passa, cria progresso e implanta a civilização.

Sua produtividade em nossas terras é de tal ordem que o segundo produtor mundial não obtém mais do que a metade de nossos índices. Poucos outros setores, agrícolas ou industriais, dispõem de mão-de-obra capacitada, e empresários com "know-how" como o café. A vocação da terra, aliada ao elevado grau de competência dos que a trabalham, em todos os níveis, são a razão do nosso passado domínio no mercado internacional e a garantia de nossa permanente condição de recuperação, no momento que for politicamente desejado.

Exatamente por causa de sua excepcional "performance", a cafeicultura se tornou passível de todas as espoliações, através de sistemas ou de homens; pois, como diz o ditado: "ele verga mas não quebra".

Nas três primeiras décadas deste século, o café estava concentrado principalmente em São Paulo e Minas Gerais; provinha dessas regiões também o poder econômico e político da Nação, como uma decorrência da expansão cafeeira. Essa mesma expansão que, no dizer de Roberto Simonsen, "constitui um dos maiores cometimentos agrícolas de todos os tempos", e que originou, como diz o Prof. Cândido Mota Filho,

"uma política sob a influência do café. O café é a preocupação da Primeira República porque é ele a riqueza nacional da época"

Com o "crack" mundial de 1929, e o consequente abalo violento na economia cafeeira, aliado ao desentendimento na política sucessória presidencial, irrompe a revolução do Sul e do Norte, visando conquistar o País, já em colapso.

Derrubada a Primeira República, assumem o poder, em 1930, homens que defendiam os ideais modernizadores do Movimento dos Tenentes, de 1922.

Processou-se então o nosso, muitas vezes retardado, desenvolvimento industrial. Este exigiu recursos financeiros e humanos que à semelhança do ocorrido em outros países capitalistas ou socialistas, foram retiradas do setor primário da economia, principalmente da agricultura.

No Brasil, estando concentrada a rentabilidade de sua economia na atividade cafeeira, foi este setor grande fornecedor de recursos destinados à industrialização.

Institucionalizou-se tal transferência de recursos, com a criação do Departamento Nacional do Café, em 10/12/1933, através de um diploma legal que criou a autarquia administrativa.

Com esta característica, ficou o DNP dispensado dos encargos e responsabilidades orçamentárias inerentes à existência normal das repartições públicas. Mais ainda, reservou-se ao Banco do Brasil o monopólio da compra das letras de exportação do café. Efetuando-se estas aquisições é uma taxa pré-fixada pelo comprador — o DNP — iniciou-se o CONFISCO CAMBIAL.

Como dizia o saudoso ex-Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Prof. Francisco Malta Cardoso: "desta data em diante, quebrados os vasos de barro, havia de subsistir no Brasil, como até hoje (1954), única e exclusivamente, o Governo Federal como autoridade responsável pela política nacional do café e pela economia de seus produtores, com a mais completa e indisfarçável intromissão nos domínios de sua iniciativa e propriedade". Aos poucos, com essa subordinação do produtor ao Estado, com a burocratização da política cafeeira, o quadro social e político da Nação foi-se transformando radicalmente.

Os problemas de preços, de política cambial, de exportação, são temas que outros conferencistas se incumbirão de abordar; a nós ficou a incumbência da abordagem do aspecto social. Para não nos alongarmos neste modesto trabalho, não analisaremos a influência da escravidão negra na implantação da cafeicultura no século passado.

A mão-de-obra usada nos cafezais, no fim do século e no início deste, era prioritariamente a de populações imigrantes da Europa. Estes, ao se iniciar o chamamento para as atividades urbanas consequência da Revolução de 1930, começaram a se transferir para as cidades. As economias hauridas nas fazendas de café e sua cultura milenar, alicerçaram pequenas atividades artesanais que seriam a base da nossa indústria e a semente dos grandes conglomerados empresariais genuinamente nacionais de nossos dias.

Com as permanentes penalizações impostas à cafeicultura, e a agricultura em geral, consequência direta da transferência de renda do campo para as cidades, acelerou-se o êxodo do setor rural para o urbano. A excepcional mão-de-obra dos migrantes é substituído paulatinamente por migrantes das zonas

do Nordeste, expulsos de suas terras.

A implantação da indústria automobilística e das indústrias conexas, iniciada em 1955, foi o grande passo para entrarmos no "club" do capitalismo industrial.

Sobrevieram então, os grandes investimentos urbanos, exigindo cada vez mais, maiores recursos humanos. Não bastava nossa Universidade e todo nosso sistema educacional já estarem desde a década de 30, voltados para formar profissionais peritos em atividades urbanas. Era necessário ainda, criar-se u'a maior oferta de mão-de-obra para os principais centros urbanos; a pretexto de se dar garantias ao rurícola, criou-se em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que demonstraria ser uma legislação inadequada e inviável, capaz de destruir todo o "status quo" da magnífica organização da cafeicultura.

Liberalizam-se então, contingentes imensos da mão-de-obra, em quantidades muito superiores do que teriam capacidade de absorver as atividades urbanas. As metrópoles passam a se prevalecer desta imensa oferta de mão-de-obra barata, que hoje incha as cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, onde existem hoje, aproximadamente, dez milhões de pessoas carentes que, neste mundo de violência, pela sua condição, se constituem em um problema que assusta toda a Nação.

Triunfou o lamentável ponto de vista de John Keneth Galbraith em seu livro A ERA DA INCERTEZA: "É muito melhor morar numa favela que em uma casa de fazenda".

O pensamento urbanófilo, da década de 50, está muito bem expresso em artigo do Dr. Garibaldi Dantas, publicado em 1954, com o título O CAFÉ E A INDÚSTRIA: "É conhecida a tese de que a indústria, despovoando os campos, cria-lhes problemas insolúveis. Nessas condições, o industrialismo, longe de ser bem, seria a ruína do trabalhador".

Este problema não é peculiar ao nosso meio. Existiu nos Estados Unidos, quando a Nação amiga passava pelo mesmo estágio de transformação em que nos encontrávamos. Resolveram os norte-americanos esse problema de deslocamento de braços, dos campos para as cidades, de maneira objetiva e prática, de maneira altamente econômica e construtiva.

Deram os braços do campo, sempre abundantes, em vista de seu alto poder de natalidade, a eficiência que antes não conheciam, mercê da maquinaria especialmente construída para os afazeres rurais.

A mecanização agrícola nos Estados Unidos eliminou a tração animal DESMOBILIZANDO PASTAGENS EM MILHÕES DE ALQUEIRES; deu a cada trabalhador que ficava no campo, uma força de produção dez vezes superior à que decorria do emprego de utensílios manuais.

Até havia uma década (40), em que os que possuíam, em São Paulo, máquinas agrícolas, etc... eram contados pelos dedos".

Esqueceram-se os que assim pensavam, e que, governando a Nação, somente buscavam a industrialização, de que o deslocamento em excesso dessa mão-de-obra despreparada para o meio urbano, geraria, através das décadas, o vulcão social que hoje nos amedronta.

Não contavam também com a crise de energia, que hoje nos obriga a sermos respeitosos e austeros para com os recursos naturais finitos; e nos impõem, também, uma agricultura mais ecológica, pela qual já

luta o próprio ex-Secretário da Agricultura dos Estados Unidos, Mr. Bergsten.

No interior de nosso País, os trabalhadores que não foram para os grandes centros, saíram das fazendas e passaram a habitar as periferias das pequenas cidades. Com isto, transformaram-se de produtores de gêneros de subsistência (que eram plantados nas ruas dos cafezais ou em áreas contíguas), em consumidores. Seu trabalho, de permanente, passou a diarista e eventual. São os trabalhadores volantes - os célebres bóias-frias.

Mais consumidores, menos produtores; está aí uma das causas da falta de "arroz com feijão", alimentobásico do brasileiro.

Por outro lado, desativou-se um volume enorme de investimentos preciosos.

As infraestruturas habitacionais das propriedades cafeeiras foram abandonadas, estão vazias. Grande parte de antigas colônias dotadas de água e luz, hoje são reminiscências do passado, ou então já viram transformada sua área em cultura de cana ou soja. Seus antigos habitantes são hoje certamente, favelados; suas filhas estão, quicá, prostituindo-se, e seus filhos são candidatos a "trombadinhas".

O Estatuto do Trabalhador Rural, muito mais do que uma legislação social destinada a dar garantia e segurança ao empregado, foi um mecanismo maquiuvelico de liberação de mão-de-obra para a cidade, e um dos grandes responsáveis pela deteriorização da vida social-urbana do País, pois, ao invés de trazer melhores condições para o trabalhador rural, forçou-o a uma opção que hoje torna uma sociedade inviável.

A verdade indiscutível, porém, é que, nos dezoito anos de vigência desta legislação, ela desorganizou o trabalho no tempo, tirou os benefícios que existiam para os trabalhadores no ordenamento anterior, sem assegurar os imprescindíveis garantias que deve ter o trabalhador rural. De "mini-sitiantes" que eram os trabalhadores dentro das fazendas de café passaram a bóias-frias.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi uma mera extensão da lei urbana para o campo. O legislador, no mínimo, cometeu o engano de não atender a natural gênese das leis que devem surgir debaixo para cima, e não podem ser impostas, truculentamente, de cima para baixo.

O fato social é o gerador de normas de comportamento; quando se torna coercitivo, erige-se em lei.

A lei, que regula o fato social urbano, não pode regular o fato social rural, devido às profundas diferenças entre ambas as atividades. Para não nos alongarmos, citaremos duas distinções fundamentais.

O trabalho no campo se processa a céu aberto e, nas cidades, sob ambientes cobertos e abrigados.

No meio rural o trabalhador vivia com sua família no lugar de trabalho, o que não acontece no meio urbano. O trabalho urbano é mensurável no tempo e no espaço; no campo é possível o controle "industrial" do homem. Na cidade, o ambiente de trabalho é totalmente diferenciado daquele em que se vive; no campo, o dia de trabalho se interpenetra totalmente com o dia de cada homem.

Pode a mesma lei ser válida para imperar sobre situações tão distintas?

É realmente necessária nova lei trabalhista rural que, atendendo às peculiaridades da vida agropecuária, assegure deveres e direitos efetivos às partes envol-

vidas, reorganizando a vida rural e dando vida ao moderno sindicalismo.

O interior precisa fixar a mão-de-obra existente, além de necessitar de maior contingente para dar resposta que dele está sendo exigida, seja em alimentos tão imprescindíveis, seja no Programa Nacional do Alcool, borracha e outros. O campo precisa de mão-de-obra atualmente ociosa nas cidades, além de precisar diminuir sua dependência da agricultura petroquímica em crise, após a alta do petróleo.

Não nos iludamos, entretanto. Não é fácil a volta da cidade.

Para isso, precisamos reciclar toda nossa cultura. É necessário que as elites dirigentes se compenetrem da necessidade de devolver ao trabalhador rural o que, de muitas formas, lhe foi subtraído, no curso dessas décadas, por necessidade, excesso ou distorção do modelo econômico de desenvolvimento.

O cafeicultor, em todo este período, foi atingido e desprestigiado por acusações impropriedades e que, muitas camadas sociais, pela sua repetida enunciação, alcançaram foros de grandes verdades:

Os cafeicultores foram tidos como CONSERVADORES ATRASADOS, porque usavam muita mão-de-obra num mundo que se mecanizava. Foram acusados de cumprir a grande missão da empresa e razão de sua existência, que é a criação de empregos como se isso fosse anti-social. A França, em várias regiões, substituiu a agricultura de grãos pela de pomares das mais variadas frutas, com o objetivo específico de criar emprego e incorporar o custo do trabalho no preço dos produtos.

Foram taxados de MONOCULTORES, quando na verdade, à sombra dos cafeeiros, e mesmo na sua implantação, cultivava-se a lavoura branca para alimentar a populações e exportar seus grãos para as regiões secas. As mesmas regiões que tão grande responsabilidade têm, nesses conceitos propositadamente depreciativos, como comenta o Prof. Cândido Mota Filho, com base em Correia Júnior:

"A fazenda deveria produzir café, mas também produzir tudo ou quase tudo que seus habitantes necessitassem". Diríamos mais — a fazenda de café, além de ser auto-suficiente, ainda era uma fonte INEXAURÍVEL de suprimentos agrícolas para alimentação urbana.

Ao contrário da atual instabilidade urbana, a fazenda de café é a estabilidade e a ordem. É a segurança do abastecimento contínuo, e a certeza de uma atividade remunerada, se deixada agir livremente. Forma-se na fazenda de café um tipo social, com visível "ar de família". Todos ali se conhecem e mantêm um quadro de valores sociais exatos. Cobrindo predominantemente imensas regiões do planalto meridional, as fazendas mostram através da História, ao mesmo tempo, um sentido de liberdade e responsabilidade.

Elas mostram a imagem de segurança, tranquilidade e a auto-suficiência de uma integração social perfeita; é o pomar com suas colméias, hortas e frutas, cercado por uma extensa parreira. Os diversos engenhos da fazenda, primeiro o do café, depois o de moer milho, também provido pela queda d'água para consumo da família e gente de trabalho. O engenho de farinha que rala, tornando em massa a raiz da mandioca.

É o descascador do arroz, também movido à água; grande, mas que serve para as mais variadas fina-

lidades, como por exemplo extrair a mamona, o azeite para iluminação da fazenda.

E daí, à justificativa da máxima dos fazendeiros: "Nesta casa só se compra ferro, sal, pólvora e chumbo".

CHAMADOS DE RETRÓGRADOS os tradicionais cafeicultores que usavam a adubação orgânica, recolhendo o seu gado à noite nos currais fechados e cobertos, onde diariamente eram colocados capim cortado, formando camas de esterco com palhas, para ser posto na lavoura. Os adubos químicos só foram utilizados na cafeicultura após intermináveis discussões e pressão dos técnicos, partidários então do uso absoluto dos fertilizantes não orgânicos e que, hoje, transfigurados em produtores de verdade, acusam os cafeicultores de só usarem os mesmos fertilizantes químicos que IMPUSERAM.

CHAMADOS DE LATIFUNDIÁRIOS, os cafeicultores mostraram que, na verdade, a produção cafeeira, por ser atividade intensiva, sempre ocupou áreas pequenas ou, no máximo, médias.

CHAMADOS DE CHORÕES, os homens do café não escapam a esta pecha, toda vez, como hoje, que nos reunimos para RECLAMAR DE TANTA INIQUIDADE.

A atividade no campo precisa voltar a ser respeitada como atividade fundamental e de alto risco, pois é isto que ocorre nos países super-industrializados, como ressalta o exemplo dos Estados Unidos, maior produtor agrícola do mundo; menos de 4 por cento de sua população vive no campo, mas pelo elevado conceito de sua importância social, elege a maioria de todos os seus Legislativos Estaduais e Federais. No Japão, tido como exemplo de industrialismo, ocorre o mesmo.

A cafeicultura é um fator de paz e tranquilidade social. Cria empregos permanentes, abriga famílias e distribui alimentos como produção complementar.

Esta é a contribuição que a Sociedade Rural Brasileira trouxe para análise dos participantes desta reunião nesta região, onde outra vez vicejam cafezais de grande produtividade e qualidade. Para que esta riqueza seja preservada, é necessário que se moderem as transferências de recursos para outros setores da economia.

Não somos contra a indústria, achamos mesmo ser ela imprescindível e, após meio século de ingentes sacrifícios da Nação para implantá-la, não seremos nós, seus financiadores, que desejáramos destruí-la. Como afirmava o grande idealizador da indústria, Roberto Simonsen, "a própria lição dos fatos está a demonstrar que a emancipação econômica do Brasil só será um ideal limitando com a realidade, quando nos capacitarmos de que a conquista dos mercados internos é possível, justamente se uma sólida aliança entre a lavoura e a indústria possibilitar, objetivamente, a elevação do padrão de vida das nossas populações e conseqüentemente aumento da renda nacional".

É importante entretanto, que a prioridade à agricultura estabelecida pelo Governo do Presidente Figueiredo na vigésima quinta hora (e que alguns frutos já se fazem atuais), seja também estendida à cafeicultura, que dela está marginalizada.

A cafeicultura ainda é o carro-chefe, sua organização ainda é a "célula mater" para a fixação do homem no campo. Neste momento de séria crise econômica e de grande instabilidade social em todo o mundo e quando os horizontes perdem sua transpa-

rência vemos que o Brasil, infelizmente, desta vez, não deixa de fazer parte desse contexto sendo mesmo, um dos países sacrificados pela sua intensa dependência do petróleo importado.

Sabemos que muito não se pode fazer, e injusto será culpar ou exigir do Governo mais do que permite uma situação econômica e sócio-política altamente perigosa para os desejos de nos mantermos dentro da civilização ocidental.

Entretanto, afirmamos que só através de harmonia entre o desenvolvimento urbano e rural, é que conseguiremos a urgente redução das massas carentes e marginalizadas.

É importante, também, que esta harmonia aconteça intersetorialmente. A alocação de recursos e possibilidades de renda devem ser equilibradas. A disparidade provoca, não só a migração de atividades como a migração dos recursos humanos, inviabilizando a atividade discriminada, de que o café é hoje o maior exemplo.

INTRODUÇÃO

DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA

Não é possível entrar na análise das diversas modalidades de crédito aplicáveis ao setor cafeeiro sem antes examinar as linhas gerais da política de crédito rural, dentro da qual se inserem aquelas como as espécies no gênero.

Tanto mais que tais diretrizes acabam de sofrer uma substancial transformação, caracterizada pela tendência à eliminação dos chamados "subsídios" das taxas e pela limitação dos percentuais dos adiantamentos para o grosso dos produtores.

São conhecidas as justificativas que ditaram essa guinada das autoridades monetárias, a saber:

- a) A eliminação dos pretensos "subsídios" é apresentada como exigência da luta contra a inflação, já que, segundo se alega, a diferença entre as taxas "subsidiadas" e as de mercado representaria uma fonte de aumento do meio-circulante;
- b) a redução dos percentuais dos financiamentos (que se vem somar à subestimação dos valores de referência adotados na determinação do "quantum" do crédito) se prende também ao mesmo objetivo de controlar o volume dos meios de pagamento e é minimizada em seus efeitos sob a alegação de que os produtores de porte médio e grande estão em condições de preencher o hiato assim criado com recursos próprios.

Torna-se desde logo evidente que essa política, voltada para o combate à inflação, fracassará completamente se tiver como resultado uma contenção da produção - pois é o melhor meio de combate à inflação continua a ser o aumento da oferta de bens e serviços em escala suficiente para ultrapassar o montante da demanda.

Além disso, essa política se tornará altamente funesta ao País do ângulo de outro item crucial da atual conjuntura econômica, qual seja o do balanço de pagamentos - pois a estagnação ou um crescimento menor do que seria possível (para não falar em redução) da produção agrícola deixaria de propiciar ao Brasil excedentes exportáveis que viriam desafogar nosso déficit no balanço de pagamentos.

Pois são exatamente esses efeitos negativos que se podem descortinar das atuais diretrizes recentemente adotadas pelas autoridades monetárias, as quais se consubstanciam principalmente no seguinte:

- a) Elevação das taxas de juros de custeio, investimento, pré-comercialização e comercialização, de uma faixa de 21%/31% para 35%/65%, conforme as regiões, os tipos de operações e a categoria de produtor (micro, pequeno, médio ou grande);
- b) liberação (para equiparação aos níveis do mercado financeiro em geral) das taxas nas operações de aquisição de máquinas, tratores, implementos, veículos, bovinos, florestamento e reflorestamento;
- c) manutenção do adiantamento de cem por cento dos valores de referência somente para micro e pequenos produtores, e sua limitação a oitenta por cento para médios e a sessenta por cento para grandes produtores;
- d) nos casos de cooperativas, o adiantamento de cem por cento se aplica a associações que contém com pelo menos setenta por cento de cooperados das categorias micro ou pequeno produtor, fora do que o adiantamento se limitará a oitenta por cento.

Ainda que esse inflacionamento do custo do dinheiro para as lides rurais seja acompanhado da promessa de liberação dos preços de venda dos produtos (o que, desde logo, não se concretiza em relação ao café, que continua sujeito às "cotas de contribuição"), nem por isso seus efeitos sobre a produção deixam de ser ruinosos.

De fato, a atratividade dos encargos necessários à tomada de dinheiro para aplicação na agricultura é uma das poucas - se não a única - das certezas com que pode contar o lavrador. Tudo o mais são conjecturas: se a colheita será boa, se os preços serão satisfatórios, se o Governo de fato garantirá ao menos os preços mínimos etc, etc.

Portanto, o custo do crédito é o mais importante fator de motivação do produtor, a atuar exatamente no momento em que ele deve tomar a decisão de plantar ou não.

Um crédito de custo elevado, quando tudo o mais que se ergue à sua frente são incertezas, evidentemente só pode causar inibições, pelo vulto do risco em que isso implica. Tanto mais que, em paralelo com a orientação restritiva no crédito, o Governo adotou também uma redução para setenta por cento da garantia propiciada pelo PROAGRO em caso de frustração de safra.

Argumentar-se-á que, com a promessa de preços de venda livres, haverá produtores que se sentirão atraídos a aplicar na agricultura suas disponibilidades de recursos próprios.

Em primeiro lugar, porém, há que determinar quantos são esses produtores com acúmulo de recursos próprios e de que vulto são tais recursos. Mesmo os que passaram por um ano favorável em 1980 teriam conseguido compensar-se do longo período de sucessiva descapitalização anterior?

E ainda que existam esses felizardos detentores de apreciáveis recursos próprios, o que se está a pretender é que eles ajam como empresários totalmente atípicos, ou seja: que joguem um "dinheiro bom", que nas aplicações do sistema financeiro estimulado pelo

Governo rendem tranqüilamente sete por cento ao mês, numa atividade carregada de incertezas e que, mesmo nas melhores hipóteses, não propiciará uma rentabilidade equivalente.

A conclusão que se impõe é esta: a elevação do custo dos financiamentos agrícolas vai atemorizar os produtores e determinar contenção física dos plantios ou deterioração de seu nível técnico pelo menor emprego de insumos modernos, com o que fatalmente ocorrerá uma baixa de produção.

Para evitar esse desastre, deve o Governo, o quanto antes, rever a política recentemente adotada e estabelecer para as lides rurais taxas, montantes de adiantamento e valores de referência compatíveis com a realidade e com a propalada prioridade que se teria concedido à agricultura nos planejamentos oficiais.

POLÍTICA DE CRÉDITO NO SETOR CAFEIEIRO

Passando à área especificamente cafeeira, considerações devem ser formuladas de acordo com as diversas modalidades de operações creditícias.

Temos assim:

1) — PLANTIO

Segundo resultados divulgados sobre o recente levantamento efetuado pelo IBC/GERCA no parque cafeeiro nacional, hoje existem no País cerca de 3,6 bilhões de cafeeiros. É verdade que nem todos esses cafeeiros já estão em produção. Mas quando o estiverem e mesmo considerando-se uma produtividade média modesta - digamos: 10 sacas por 1.000 pés -, a produção resultante deverá ser da ordem de trinta e seis milhões de sacos.

Não consideramos que essa cifra seja exagerada, mormente se se adotarem adequadas políticas de exportação e de consumo interno, ao lado da necessidade de recompor razoáveis estoques de segurança. No entanto, é evidente que ir além desse ponto constituiria uma insensatez.

Julgamos, pois, que se deve considerar encerrado o ciclo de financiamentos ao plantio, suspendendo-se por completo as operações da espécie, em qualquer região e a qualquer título.

Os recursos que destarte se tornariam disponíveis para aplicação em favor da lavoura deveriam ser concentrados na otimização das condições dos cafezais já instalados, melhorando a infraestrutura das unidades produtivas.

2) INFRAESTRUTURA

Conforme se acaba de mencionar, devem continuar a fluir suficientes recursos de crédito, a taxas, prazos e demais condições apropriadas, para a contínua melhoria da infraestrutura da economia cafeeira, a nível de propriedades e de cooperativas. Quanto mais sólida for essa infraestrutura, mais se beneficiará o País com uma produção satisfatória, de superior qualidade e de maior capacidade competitiva no exterior.

Incluem-se nesta espécie créditos para:

- construção de açudes e sistemas de irrigação;
- eletrificação rural;
- máquinas de beneficiamento, despulpamento, secagem e expurgo;
- silos e tulhas;
- terreiros e lavadores;
- sede e moradias para trabalhadores;
- instalações de atendimento médico e odontológico local;

- escolas para filhos de trabalhadores;
- centros de recreação e lazer;
- enfim tudo o que contribua para aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do produto, tornar mais ágil sua comercialização e mais amena a vida do homem que se pretende fixar no campo.

Portanto, o que aqui se propõe é uma ampliação do leque de operações já agasalhadas nos Planos de Renovação e Revigoramento de Cafezais executados pelo IBC/GERCA, bem como a definição de condições mais suaves para a tomada de tais empréstimos pelos lavradores e suas cooperativas.

3) REVIGORAMENTO E CUSTEIO

O emprego de corretivos, fertilizantes e defensivos, bem como a disponibilidade de máquinas e implementos apropriados a essas finalidades e a possibilidade de contar com mão-de-obra suficiente, em número e qualificação, são requisitos essenciais para o êxito econômico da exploração cafeeira.

Portanto, linhas de crédito que contemplem aplicações dessas espécies devem estar permanentemente abertas, para a sua contratação, sem entraves burocráticos e nos momentos adequados à sua efetivação, pelos lavradores e suas cooperativas.

Tais créditos devem cobrir a integralidade dos dispêndios a serem feitos, considerando-se seus custos efetivos no mercado, e com taxas de juros estimulantes, bem como prazos de resgate compatíveis com os retornos a serem auferidos na comercialização das Safras.

4) PRÉ-COMERCIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

O crédito constitui instrumento decisivo para que a comercialização das safras se processe de forma saudável, com uma ordenação de escoamento que não só impeça que o lavrador seja vítima de condições espoliatórias de venda na "boca da colheita", como também evite que o preço-ouro seja submetido a pressões baixistas decorrentes de acúmulo de oferta (tornando necessárias operações de intervenção governamental nos mercados de físicos e em bolsas).

Para tanto o agricultor e suas cooperativas devem contar com a garantia de adiantamento de pelo menos oitenta por cento do valor do produto, por prazos razoáveis e juros módicos, a fim de que não se sintam compelidos a vender às pressas para saldar seus compromissos.

E como é altamente desejável que os preços de garantia, além de serem de saída justos, estejam escalonados de forma a acompanhar a desvalorização da moeda nos meses subseqüentes (dando tranqüilidade ao produtor para preparar com calma e escoar disciplinadamente sua produção para o mercado), impõe-se que nos financiamentos concedidos no início da safra, se preveja a liberação de parcelas suplementares à medida que o valor de referência do produto (preço de garantia) vá sendo reajustado. Assim, tendo em suas mãos sempre o equivalente a oitenta por cento do valor ATUAL do café, o produtor não se verá induzido a desfazer - se precipitadamente de sua safra quando o distanciamento entre o montante financiado e o valor de garantia se torne exagerado.

Com isso, não só se defende a economia do produtor, como também se dá maior solidez à defesa

do preço-ouro (de vital importância para nosso orçamento cambial), além de aliviar-se o Governo dos dispêndios, encargos burocráticos e riscos comerciais de operações de compra para sustentação do mercado, no interior e no exterior.

5) COOPERATIVAS

Merece uma referência especial a utilização das cooperativas como veículo de disseminação dos benefícios do crédito entre os produtores.

As cooperativas podem não só atuar como organismo de repasse de financiamentos - tanto para investimentos como para custeio e ainda para comercialização - aos cooperados, como também podem ser as destinatárias de créditos para a implantação de instalações e serviços que proporcionem apoio direto à produção e à comercialização, como sejam: equipes de assistência técnica, departamentos de compras e vendas, usinas de beneficiamento e padronização, silos e armazéns, etc.

Com isso, elas passam a desempenhar um importante papel na aglutinação dos produtores, conferindo-lhes os benefícios de economia de escala de que, isoladamente, não poderiam desfrutar, quer na aquisição de insumos como na venda das safras.

Essas características justificam que haja linhas de crédito específicas para cooperativas, a taxas e demais condições convenientes, que garantam a economicidade de suas operações de repasse e revenda aos cooperados, bem como do funcionamento de seus serviços e instalações.

XXX

Numa apreciação conjunta dessas diversas modalidades de crédito que mais diretamente interessam aos cafeicultores - para infraestrutura, para revigoração e custeio, para pré-comercialização e comercialização, e para cooperativas - ressalta um ponto que foi ultimamente introduzido na sistemática dos financiamentos rurais em nossa terra e que se tornou fonte de sérias distorções. Trata-se do diferenciamento das condições oferecidas - sobretudo em matéria de taxa de juro e de montante de adiantamento - em função do tamanho da propriedade do mutuário. A linha geral é a de privilegiar os micro e pequenos produtores, penalizando os médios e, ainda mais intensamente os grandes produtores.

Eis aí uma diferenciação ilógica (pois, de certa forma, se está "castigando" quem mais produz...) e que não encontra nenhuma justificativa econômica (pois, exatamente em virtude de produzir mais, o grande produtor arca com maiores encargos e riscos).

Introduzindo-se esse critério no regulamento de crédito às cooperativas (como se vem de fazer, ao prever adiantamentos de cem por cento só para cooperativas que reúnem pelo menos setenta por cento de associados classificados como micro e pequenos produtores), ele dá origem às maiores complicações burocráticas, além de ferir o princípio básico do cooperativismo, que é o da igualdade de todos.

Julgamos, por isso, que essa aberração deve ser banida dos regulamentos de crédito rural, considerando-se como destinatário deste, não o produtor, mas sim o produto. É esse (o produto) que representa riqueza para a coletividade e que dá lastro de garantia para o financiamento. Portanto, é ele (o produto) que - provenha de um micro, pequeno, médio ou grande produtor - deve ser encarado como entidade merecedora de amparo e estímulo, recebendo de per

si um uniforme tratamento creditício.

XXX

Mas não são só as operações em que interferem diretamente produtores e suas cooperativas que interessam aos cafeicultores. Os interesses destes se desdobram para além de seus horizontes, cobrindo todo o ciclo de movimentação do produto que criam e de cuja boa destinação dependem para a continuidade de sua labuta criadora.

Assim, ao se tratar do problema do crédito, a partir de uma ótica cafeeira, não se podem olvidar também as operações que afetam as demais classes que manipulam a rubiácea.

É, pois, de ressaltar:

6) EXPORTAÇÃO

Na área da exportação, um entrave tem sido registrado ao melhor desenvolvimento dos negócios das firmas do ramo - e é do maior interesse dos lavradores que tal entrave seja removido, a fim de que o comércio possa dar mais ágil escoamento às safras.

Trata-se do financiamento das cambiais de exportação. Pelo regulamento vigente, o exportador pode dispor de crédito sobre as suas vendas ao exterior, à taxa de 1,4%. No entanto, a cada exportador está deferido um teto muito pequeno para tais operações, o que os priva de recursos para um maior giro. De fato, uma vez atingido aquele teto, o exportador fica na dependência de liquidação de suas posições para poder obter novos financiamentos. E enquanto não se processa essa liquidação se acha, pois, sem possibilidade de efetuar novas compras junto a lavradores e cooperativas.

No interesse de todo o setor cafeeiro, portanto, é de desejar que os atuais tetos para financiamento de câmbio sejam razoavelmente majorados.

7) TORREFAÇÃO

Aos lavradores interessa sobremaneira que o segundo mercado consumidor de café do mundo (o Brasil) venha a ter pleno desenvolvimento de suas potencialidades, pois com isso maior será a demanda global do produto.

Mas esse desenvolvimento, para ser duradouro, deve basear-se em realidades. Por isso, é inadiável que se estabeleça no mercado interno a "verdade dos preços", passando as torrefações a adquirir a matéria-prima dos produtores, pelo seu real valor de mercado.

Esse acesso direto às fontes produtoras fará emergir uma maior concorrência entre as diversas indústrias do setor, inclusive com variações quanto à qualidade de cada marca, de acordo com o tipo de café utilizado e com as técnicas de sua manipulação.

Medida importante nesse novo contexto será o da concessão às torrefadoras de créditos especiais para que melhor se equipem, para que façam maior promoção e assim atualizem todas as potencialidades do mercado interno brasileiro.

8) CONSUMO

Assim como no mercado interno, também no exterior grandes possibilidades a explorar são antevistas. O consumo de café "per capita" tem caído em alguns dos mais importantes mercados, a começar pelos Estados Unidos. E o que é mais grave: esse declínio se opera notadamente nas faixas de público mais jovem, o que tende a perpetuar a tendência declinante do consumo, à medida que as gerações mais

velhas forem perecendo e os estratos mais moços da população não se apegarem ao consumo de café.

Impõe-se, assim, promover vigoroso esforço promocional para mudar essa tendência, removendo os fatores motivacionais que estão apartando os jovens do café.

E o financiamento de campanhas publicitárias nesse sentido, preferentemente em associação com a indústria e o comércio cafeeiros dos países visados, seria um dos principais caminhos.

Poços de Caldas, 19 de março de 1981

SUELLY EVANDRO AMARANTE

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS NESTOR BAPTISTA, WALDYR PUGLIESI E NELTON FRIEDRICH, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1981.

**"PROPRIEDADE E USO DO SOLO URBANO"
NOTA OFICIAL DA COMISSÃO PONTIFÍCIA
DE JUSTIÇA
JUSTIFICA DOCUMENTO**

Visando esclarecer fatos considerados "mal interpretados" e em face das críticas que por isto têm recebido, a Comissão de Justiça e Paz do Paraná confeccionou nota oficial reafirmando o documento sobre "Propriedade e Uso do Solo Urbano". Segundo fonte bem informada, a Prefeitura Municipal de Curitiba foi responsável pela não compreensão de alguns dados que foram divulgados nos meios de comunicação social, o que obrigou os integrantes da CJP, a se posicionarem sobre o assunto. Eis, na íntegra, a nota distribuída pela Comissão de Justiça e Paz:

A Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná, em Reunião Extraordinária levada a efeito no dia seis (6) de março p.p., juntamente com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB/PR), Sub-Secretariado do Regional Sul II da CNBB, Ação social do Paraná, Pastoral de Favelas de Curitiba, Pastoral Operária, Pastoral da Juventude, Equipe Regional de Catequese e a Assessoria de Imprensa do Regional Sul II, e contando com a presença de Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano e Presidente do Regional Sul II da CNBB, tendo em vista as repercussões alcançadas com a divulgação de uma parte do documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano - Região Sul", e as interpretações dela decorrentes, resolve prestar o seguinte e necessário esclarecimento público:

1: A XIX Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, realizada em Itaiaci (de 14 a 27 de fevereiro último), elencou como tema subsidiário, dentre outros, a problemática da Propriedade e Uso do Solo Urbano". Sob a técnica de painel, cinco (5) bispos expuseram problemas e ações pastorais a respeito de diversas regiões do País, cabendo a D. Domingos Gabriel Wisniewski, atualmente Bispo de Cornélio Procopio (Pr) e responsável pela CPJP do Paraná desde sua fundação, discorrer sobre "Propriedade e Uso do Solo Urbano - Sul do Brasil".

Para tanto, o ex-Bispo Auxiliar de Curitiba buscou auxílio da Comissão de Justiça e Paz, face as finalidades precípuas desta Entidade, notadamente

servir como órgão de assessoria técnico-jurídica, estudos e pesquisas, à Igreja do Paraná. A Comissão Pontifícia, por sua vez, atribuiu ao seu Setor responsável por trabalhos ligados à problemática da Terra, a tarefa de coordenar equipe técnica para colheita de dados e elaboração de documento específico.

Encaminhado a Itaiaci como instrumento de apoio, seu conteúdo total (42 páginas, contando com os respectivos anexos) somente foi levado ao conhecimento do Sr. Bispo Expositor, que o resumiu com extrema felicidade em plenário, e ao Sr. Bispo Presidente do Regional Sul II da CNBB. A confecção deste documento contou como fonte fidedignas: a CPJP de Santa Catarina, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Joinville-SC), arquivos da CPJP do Paraná, recortes de jornais, dados e estatísticas oficiais, documentos divulgados por Entidades e Associações populares, processos judiciais e publicações científicas.

1. O texto, preparado sob o patrocínio da CPJP do Paraná, aborda a temática da "Propriedade e Uso do Solo Urbano" no Sul do Brasil, embora, pela sua origem, teça maiores comentários à realidade paranaense.

Resumidamente, o documento enfoca, calcado nas transformações sócio-econômicas verificadas a partir da década de 60, todo um quadro de migrações (processo de expulsão do homem da zona rural), desestabilização familiares, inchaço das zonas urbanas, principalmente em cidades polos (Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis, etc.). Nas cidades, procura situar a marginalização a que está sujeita essa população migrante, na maioria mão-de-obra desqualificada e de baixa renda, obrigada a procurar abrigo nas periferias e a optarem por favelamentos, ou criarem novas favelas. Outros, com pequenas posses, caem, freqüentemente, no engodo de verdadeiros especialistas em vendas de lotes irregulares e clandestinos.

Dentro da zona urbana, o texto refere-se, também, às situações de emprego, pauperização crescente, rotatividade nas empresas, dificuldades de aquisição das necessidades básicas de vida, a que está sujeita a população, dentro de uma visão mais local.

Como decorrência desse processo, aborda o "Crescimento das Favelas em Curitiba", levantando um quadro alarmante de repressões e inseguranças a que está exposta a população, enumerando uma série de fatos verificados no período de 1974 a 1979. Embora a continuidade do processo de pauperização e aumento de favelamentos, os dados-referência circunscrevem-se em grande parte, à época retromencionada.

3. Com a lisura que sempre caracterizou suas atividades, a CPJP do Paraná, devido a má interpretação (em certos setores) decorrente da divulgação parcial do documento, convocou uma Reunião Extraordinária com as Pastorais afins, ocorrida em data de 27/02/81, e convidou a participar o Departamento de Desenvolvimento Social (encarregado dos assuntos sociais na Municipalidade), que se fez presente através do responsável pelo Setor. Nela prestou os esclarecimentos a respeito, aclarando possíveis interpretações distorcidas e situando, na questão das favelas, o período em que se fundamentou a maioria dos fatos analisados no documento.

Razão pela qual, a CPJP do Paraná considera esgotado o episódio, ao mesmo tempo em que coloca, à disposição de interessados, o inteiro teor do texto encaminhado a Itaiaci, e cujos dados probantes

detém em seus arquivos.

4. A Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná, na oportunidade, agradece a Dom Pedro Fedalto e às pastorais e organismos participantes das reuniões mencionadas, pela pronta solidariedade e confiança demonstradas, bem como registra e agradece as dezenas de abaixo-assinados, recebidos de todo o Paraná, notadamente de Curitiba.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DÁCIO LEONEL' EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1.981.

"O AVANÇO DA IMORALIDADE

A carta que transcrevemos abaixo saiu publicada no jornal "O Estado de São Paulo", edição do último dia 21, página 32. Foi mandada pelo padre Vitório Lucchesi, da cidade goiana de Anápolis, e seus termos são endossados, aqui no Paraná, por todo o clero, por entidades, por uma legião de pessoas preocupadas com os rumos que tomaram as novelas.

A pedidos, eis a íntegra da carta:

Sr.:

A um sacerdote seria omissão grave não se valer de uma oportunidade para protestar contra o avanço da imoralidade, que já começa a ser veiculada através da televisão, como vem fazendo a Rede Globo, cuja audiência alcança a maior fatia da população brasileira. Senhoras e paroquianos contaram-me que viram estarrecidos, em pleno horário nobre, um episódio da novela "Coração Alado", uma cena velada de masturbação, que teria sido interpretada pela atriz Débora Duarte.

A princípio, não quis acreditar. Julguei tratar-se de compreensível exagero, pois jamais imaginei pudessem a censura brasileira permitir tão extravagante cena em espetáculo liberado ao público, principalmente em se tratando de televisão, veículo que entra em qualquer lar, bastando apenas girar o botão.

Todavia, um misto de indignação e surpresa invadiu-me o ser, ao ler na última edição da revista "Veja" uma notícia sobre o fato. Ali, a reportagem fala que a própria autora da novela, dona Janet Clair, teria proposto a inserção no capítulo daquela cena tão imoral quanto revoltante!

Lamentável sobre todos os aspectos, ainda mais quando esse tipo de imoralidade, vulgar e baixa, tem origem na proposta de uma mulher, sinônimo de mãe, por isso mesmo mais responsável dentro de qualquer comunidade no que tange ao bom exemplo e aos bons costumes.

Lamentável que uma emissora de TV de tão grande audiência seja dirigida por uma minoria, um grupelho sem moral, interessada em impor um modismo a todo o Brasil, e lamentável ainda mais quando nesse modismo só se encontra o que não presta, o que destrói.

Lamentável que o Sr. Roberto Marinho não exerça no caso pelo menos sua missão de pai, e impeça que todo esse gênero de imoralidade seja divulgado num veículo de Comunicação, segundo consta, de sua propriedade.

Lamentável que o governo já que tem a Rede Globo como principal porta-voz ou como verdadeiro órgão oficial de suas divulgações, faça "vista grossa" sobre o problema permitindo que cenas como as que foram exibidas, prossigam no afã inglório de destruir

os mais altos valores da sociedade.

Lamentável que o governo não veja em tal problema um caso (este sim) que afeta a própria segurança nacional, pois a família é a base da sociedade. Se a família for corrompida, a sociedade, como seu fundamental segmento, também o será.

Isto posto, vale reconhecer que corromper ou tentar corromper a família, é um crime de lesa-pátria. E é justamente isto que a Rede Globo vem fazendo, tentando conspurcar a dignidade da família, invadindo lares com suas mensagens de licenciosidade e cenas como as que foram relatadas.

E não se diga que o telespectador tem em mãos meios para não ver tanta imoralidade. Seria muita cretinice argumentar que a TV tem um botão que poderá ser desligado. Argumentação cretina, repito, a desse grupelho que tomou de assalto a emissora e quer impor suas "verdades" e se ofende quando alguém protesta!

É tempo de pôr um paradeiro nisso tudo. É tempo de o Ministério da Justiça agir com maior rigor para acabar com tamanha imoralidade.

Na expectativa de merecer a sua acolhida, apresento-lhe meus sentimentos de apreço e consideração."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1.981.

"DEMOCRACIA OU SOMENTE TAPEAÇÃO

Começaram as discussões no Congresso sobre alterações na lei eleitoral e há um clima de expectativa medrosa em relação ao que pode ser decidido. Se houvesse a certeza de que o poder legislativo fosse realmente o elaborador de leis e não se curvasse servilmente ante as imposições do poder executivo, poderíamos talvez ficar tranqüilos porque da discussão em seu conjunto resultaria a prevalência da classe política na hora da decisão de seu destino. O fato é que estamos vivendo um clima de arbítrio, embora disfarçado por algumas concessões como a anistia e um afrouxamento da censura. Melhorou muito a situação se a compararmos com os dias tenebrosos de um passado recente, quando todas as tendências liberais, congênitamente no povo brasileiro, foram sufocadas pelo medo. Medo aliás justificável ante a violência imperante. A esperança de que sejam realizadas eleições em 1982 reside principalmente na palavra ou juramento do presidente, a não ser que pressões geralmente ocultas o impeçam de cumprir o prometido.

Pelos temas das discussões já iniciadas se percebe que há um grupo numeroso disposto a preferir o arbítrio como meio de ser assegurada a continuidade no poder. Não vou citar nomes, mas qualquer um pode perceber que há determinados homens que estão acumulando funções desde 1964, pulando de galho em galho como aproveitadores do movimento militar. Geralmente são personalidades sem sensibilidade política e que atingiram posições elevadas sem passarem pelo cadinho das lutas eleitorais e muitos deles em função somente de amizades no grupo da cúpula. Esses homens, que são os grandes aproveitadores, são alérgicos a qualquer processo eleitoral realmente democrático, através do qual não teriam a mínima chance de êxito. Em face dos projetos de democracia

essa gente treme e é capaz de forjar conflitos internos prejudiciais à causa de extinção do arbítrio onde se sentem tão bem.

Sente-se que há uma conspiração contra a continuidade do processo de democratização do País e isso inclui o uso de bombas que são manifestações terroristas muito provalmente dos que preferem a direita, como meio de sustentação do arbítrio.

As discussões começaram e já há a expectativa de medidas casuísticas destinadas a uma deformação do processo democrático, análogas à Lei Falcão. Um dos artifícios que vão procurar usar será, por exemplo, a proibição de coligações de partidos, direito que não pode ser negado e que existe em todas as democracias do mundo. Outra deturpação será o voto distrital, aberração que significa a prevalência do poder econômico e policial. Muitas outras providências poderão ser tomadas para esmagamento das oposições, porque os donos da situação não admitem a alternância no poder. Em resumo, pode surgir um conjunto de medidas, que o Poder Judiciário engolirá, no sentido de haver somente uma tapiação ao invés de democracia plena. O povo brasileiro está cansado de não ser ouvido e de ser obrigado admitir governantes que não tiveram a legitimidade decorrente do voto popular, e não se conforma com uma democracia somente para uso externo, onde até foram criadas as figuras estranhas dos biônicos como meio de se fraudar a vontade popular."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1.981.

"MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES aprovado na Assembléia de Agricultores de Itacorá, dia 16 de março de 1.981.

A ITAIPU Binacional afirma de público que está procedendo de maneira justa e legal e que está preocupada com um tratamento humano às pessoas com ela relacionadas. Mas nós, os expulsos pelo futuro lago, somente percebemos incertezas e injustiças. Por isso, estamos mais uma vez clamando pelos nossos justos direitos, dirigindo-nos neste documento ao povo, ao governo e à ITAIPU.

REIVINDICAÇÕES:

1. Embora a lei nos garanta uma indenização justa, os preços que ITAIPU nos tem ofertado "amigavelmente", estão aquém da metade do valor real de nossas propriedades, conforme demonstra o mercado imobiliário da região. Por isso exigimos:

- a) - Par áreas rurais de quinhentos mil cruzeiros (classe IV) a seiscentos mil cruzeiros (classe I) por alqueire;
- b) - Para as chácaras de Santa Helena, de 1 a 1,3 milhões de cruzeiros por alqueire, conforme as classes;
- c) - para as benfeitorias e culturas permanentes, aumento de cem por cento sobre os valores ofertados por ITAIPU;
- d) - para a eletrificação da propriedade, que embora diversas vezes prometido,

não recebeu nenhuma indenização, exigimos valores de uma instalação nova;

e) para estradas na propriedade, os mesmos preços da terra mecanizada.

— Caso nossa reivindicação for considerada irreal ou injusta, aceitamos outra propriedade em troca pela nossa, nas mesmas condições e na região.

2 - Os valores acima reivindicados são válidos somente para 30 dias, a partir desta data, e ITAIPU deverá iniciar o pagamento imediatamente.

3 - Que ITAIPU e os órgãos governamentais solucionem de imediato, através do empenho máximo de todos os recursos existentes, os problemas das áreas com documentação pendente, quais sejam:

a) - titulação pelo INCRA: Imóvel Rio Paraná, Gleba Passo Cuê, Ocof II, e Bacia do Prata;

b) - áreas aguardando decreto desapropriatório: Pousos 01, 02 e 03);

c) - áreas dependendo de acerto com os proprietários: Benno Stürner e Colonizadora MARIPÁ, espólio de Arnaldo Nunes da Costa, Fernando Lopes Busso, João Caram Sobrinho, Alegretti e Cia. Ltda, Fundação (ITC), espólio Mahmud Ismael Shahade (Banco do Brasil);

d) - áreas com pendência judiciais.

4 - Que a Vila de Porto Mendes, em cujo remanescente ficarão apenas as casas comerciais e pouquíssimos moradores, seja totalmente indenizada por ITAIPU.

5 - Para que seja possível safra de 1982, exigimos que todas as benfeitorias permaneçam até 30 de abril de 1.982.

6 - Que ITAIPU apresente solução imediata para o reassentamento de arrendatários e posseiros, já indenizados a preços vis ou sem perspectiva de sobrevivência, tal como a área prometida de Arapotí-PR, e terras do Cerrado para arrendatários que possuem maquinário.

7 - Que o fundo de Comércio, quando o expropriado for proprietário de estabelecimento comercial ou industrial, também seja indenizado conforme prescrição legal.

— Declaramos, também, nossa solidariedade aos índios Guaranis do Porto Irene, para que recebam outras terras de conformidade com o Estatuto do índio, e aos brasileiros indenizados no Paraguai.

— Decidimos que não vamos desmobilizar o nosso movimento até que nossos justos direitos sejam concretizados.

4 - O "preço justo" que ITAIPU diz pagar nunca incluiu o pagamento de "lucros cessantes". Com a desculpa de que o expropriado recebe à vista, podendo continuar utilizando a terra gratuitamente para diversas safras depois de indenizado, e ainda com permissão de retirar as benfeitorias indenizadas, a Binacional se esquivou de conceder este direito. Mas pergunta-se agora: e os últimos a serem indenizados, o que lhes resta destas "vantagens"?

5 - Além disso, a indenização do fundo de comércio sequer foi mencionado na nota de ITAIPU, numa total desconsideração para com o documento dos expropriados reunidos em Itacorá.

6 - Itaipu declara que reajustou periodicamente os preços de acordo com o comportamento do mercado imobiliário da região. Na verdade, os reajustes sempre se mantiveram muito abaixo dos valores do mercado, e mesmo assim, foram concedidos apenas como resposta às pressões e insatisfação da população

do futuro lago. De janeiro de 1979 os aumentos concedidos foram: quarenta por cento em janeiro, 17 por cento em outubro; trinta por cento em março de 1980; setenta e oitenta por cento em julho; quatorze por cento em dezembro e vinte e oito por cento em março de 1981. Significa que ITAIPU não acompanhou sequer a inflação e muito menos a vertiginosa valorização das terras. Significa também que, os duzentos mil cruzeiros por alqueire pagos em agosto de 1980 estão atualmente em torno de duzentos e noventa mil pelas terras sem benfeitorias, da classificação I, localização ótima.

Mais especificamente, duzentos e quinze mil pela terra nua, mais setenta e oito mil por alqueire de mecanização.

Portanto, não é verdadeiro o aumento de oitenta por cento anunciado por ITAIPU.

7 - Se, nos documentos de 1979, os agricultores reivindicavam os reajustes fossem de acordo com os índices das ORTNs, tentavam impedir que ITAIPU continuasse fixando preços a seu bel-prazer e unilateralmente.

Mas, quando em 1980 os aumentos das ORTNs ficaram muito aquém do ritmo inflacionário, foi ITAIPU quem fixou este critério para os reajustes periódicos.

Isso resultou em mais uma injustiça contra os expropriados, a ponto de que, por insistência dos prefeitos da região, o índice das ORTNs foi abandonado.

Mas, novamente fica indefinido o critério para os aumentos, razão pela qual os agricultores insistem num levantamento objetivo do mercado de terras da região.

Os preços do mercado são ditados pela lei da oferta e da procura, pela especulação imobiliária e pela galopante inflação.

O Movimento entende que não é a tabela de preços de ITAIPU que pretensamente causaria aumento nos preços da região, pois estes sempre ficaram abaixo dos valores do mercado.

Itaipu tão somente influiu nos aumentos de preços da região pela intensificação da procura e consequentemente alta de preços.

Por isso não será prejudicial ITAIPU anunciar publicamente tabelas de terra e benfeitorias por ela aplicadas.

8 - A artimanha mais utilizada até hoje para iludir a opinião pública e colocá-la contra o movimento Justiça e Terra é o fato de ITAIPU anunciar preços por alqueire que incluem os de benfeitorias.

Ora, "alqueire" é medida de superfície e não pode incluir valores referentes à idade de árvores frutíferas, qualidade de galpões, profundidade de poços etc.

Além disso, os valores anunciados nunca são os médios, mas calculados com amostras de áreas pequenas com boas benfeitorias e culturas.

Sobre os valores das benfeitorias e os critérios para a sua classificação paira o maior mistério, sendo que ITAIPU sequer menciona a reivindicação de reajuste cem por cento nos valores ofertados atualmente.

9 - Quanto à indenização de redes de energia elétrica, ITAIPU cai no terreno da desinformação ou falta com a verdade.

Ao mesmo tempo em que se diz disposta a pagar por esse benefício, reconhece a existência de apenas

80 propriedades eletrificadas no trajeto de Foz do Iguaçu a Guaíra.

Na verdade, conforme informação em reunião no final de fevereiro, em que estavam presentes representantes da Itaipu e INCRA, promovida pelos prefeitos da região, o gerente da CERME — Cooperativa de Eletrificação de Medianeira, informou que 129 associados serão atingidos pelas desapropriações. Acrescentem-se outras propriedades eletrificadas pela COPEL, empresas particulares e outras instaladas em condomínio. Apesar de prometido textualmente em julho de 1980, Itaipu até hoje não indenizou nenhuma rede elétrica, e os proprietários já indenizados por suas terras, não sabem como recorrer.

10. — Enfim, a prova definitiva de que Itaipu não pagou e não paga o preço justo está no fato de que pouquíssimos indenizados conseguiram se reassentar em condições iguais às que abandonaram em favor da hidrelétrica. Existem casos verdadeiramente escandalosos neste sentido.

Mesmo assim, Itaipu encontra razões para tranquilizar sua consciência, ignorar a concentração popular em Foz do Iguaçu e dizer que o debate da questão somente prejudicará o andamento dos trabalhos de desapropriação, já dramaticamente atrasados.

11. — Sobre o reassentamento, Itaipu pretende relevar alguma virtude por poder colocar à disposição dos pequenos proprietários do reservatório, que ainda não receberam indenização, 350 lotes na forma de permuta, dentro das proximidades do reservatório.

Em primeiro lugar, não foi informada a área de lotes, mas aparentemente trata-se de pequenos remanescentes.

Em segundo lugar, ao agricultor não se torna interessante a opção de possuir inúmeros pequenos lotes em troca de uma propriedade inteira num mesmo local.

Quanto às terras oferecidas no Acre, a própria nota da Itaipu confessa que há pouquíssimo interesse, o que prova, mais uma vez, que o agricultor prefere permanecer no Paraná.

12. — Há muito os agricultores, sobretudo posseiros e arrendatários, estão sendo alimentados com promessas sobre as terras disponíveis em Arapoti-PR.

Mas, não está havendo progresso neste aspecto, e o INCRA, até 13 de março, sequer tinha tomado posse da área e não iniciou a demarcação dos lotes.

O Movimento exige, por isto, a presença do INCRA e do ITC, para explicarem os mecanismos burocráticos e colocarem urgentemente a área em condições de ser ocupada, eis que os interessados, em torno de 800, já efetuaram as colheitas e estão sem lugar para onde ir.

13. — Sobre as chácaras de Santa Helena e Itacorá, a nota de Itaipu promete um reajuste de preços, sem dizer o percentual. Por isso, o Movimento repete a reivindicação por um preço de 1 a 1,3 milhões de cruzeiros por alqueire, conforme a classificação das terras. Isto porque o mercado realmente é este, e quando adquiridas, as chácaras tinham valor três vezes maior do que as terras rurais.

14. — Outro fator de baixa nos preços de inden-

zações é o preço irreal pago pelas indenizações de estradas existentes nas propriedades. No final de julho de 1.980, ITAIPU prometeu que pagaria as estradas como terra, o que não vem acontecendo.

15 - Quanto ao imóvel Rio Paraná, que ITAIPU, para confundir, denomina com o nome antigo de Gleba Sol de Maio-Santa Helena, há que ressaltar a total confusão de ITAIPU, que fornece as plantas, e do INCRA, na expedição dos títulos. Por exemplo, em 16 de julho de 1980, ITAIPU afirmava que eram 1.330 títulos a serem expedidos, ocasião em que prometia a conclusão dos trabalhos até fins de outubro/novembro de 1.980. Mas, agora, afirma que o número passou a 1.525, e titulação ainda não está pronta.

16 - Nas demais áreas que aguardam titulação (beneficiando 92 famílias) a maior preocupação é a demora do INCRA. Por exemplo, a desapropriação da Gleba Passo Cuê foi decretada a 9/10/80, e até hoje os ocupantes não foram procurados para requerimento do título. Por isso, e em vista do que ITAIPU dispõe de todas as informações e plantas necessárias, requeremos que a empresa expropriante, através de cessões de direito, procurações em causa própria, ou outros meios, assumam a responsabilidade jurídica desses casos, promovendo imediatos acertos indenizatórios.

17 - Com relação à gleba Arnaldo, os primeiros acordos promovidos por ITAIPU com os posseiros (com cerca de 20 anos de posse) causaram flagrantes injustiças, em razão de que aqueles recebiam apenas pela benfeitoria e destoca, e não os cinquenta por cento do valor da terra nua, conforme promessas sempre apregoadas pela Binacional. Quando o Movimento Justiça e Terra, através de advogado especialmente contratado, se propôs a lutar por acordos mais vantajosos, a ITAIPU simplesmente cruzou os braços. Neste caso, bem como nos demais citados no Documento de Itacorá, os agricultores exigem uma ação conjunta entre o Movimento, o INCRA e a ITAIPU, objetivando imediatas negociações com os proprietários.

18 - Para a vila de Porto Mendes e suas áreas remanescentes, o Movimento reclama a solução prometida em 1.º de outubro de 1980 por ITAIPU, em documento oficial, para um prazo de dois meses. Entretanto, 5 meses após essa data, ITAIPU comunica laconicamente que não tem condições de resolver a situação. Embora não incluído na área expropriada, o comércio local, indiretamente, já está sofrendo enormes prejuízos, em função do esvaziamento populacional. Daí porque os agricultores julgam ser de justiça a indenização, incluindo lucros cessantes, daqueles comerciantes.

19 - Não obstante os gravíssimos problemas, ITAIPU faz do silêncio com sua defesa, corta todas as possibilidades de diálogo, numa total desconsideração para com o sofrimento por que passam os agricultores acampados em condições precárias à beira de uma estrada em Foz do Iguaçu. Os agricultores estão cansados de tantos documentos firmados por ITAIPU, costumeiramente elaborados de forma genérica e propícia a confundir os expropriados e a opinião pública. Documentos que, geralmente, ou são vazios em seu conteúdo, ou não são posteriormente cumpridos nos seus itens mais importantes. Por outro lado, as poucas melhorias até aqui cedidas pela expropriante foram conquistadas através de mobilização e

resistência constantes.

ITAIPU se nega a dialogar e debater, item por item, as reivindicações do Movimento, evidenciando sua pré-disposição em não atender às justas e legítimas pretensões dos desapropriados, e revelando a forma unilateral que emprega no tratamento das questões relativas à área a ser inundada.

A situação angustiosa e prejudicial dos que ainda não foram indenizados, principalmente em vista dos preços aviltantes oferecidos e do atraso insuportável, impõe à ITAIPU que proceda ao pronto atendimento favorável das reivindicações. Embora angustiados, os agricultores tornam pública sua decisão de continuar mobilizados, reforçando a determinação de continuar concentrados em manifestação pacífica em Foz do Iguaçu, até que ITAIPU efetue o pagamento dos bens expropriados. Clamamos às autoridades e à Nação brasileira apoio e empenho para que sejamos atendidos em nossos justos direitos.

O preço da Paz: Justiça e Terra!

Foz do Iguaçu, 21 de março de 1.981

Orestes José Casperini - p/Movimento

MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA

Acampamento à margem da BR-277 em frente à ITAIPU BINACIONAL

FOZ DO IGUAÇU - Pr.

Resposta ao Comunicado da ITAIPU BINACIONAL.

Desde o último dia 17, os agricultores expropriados pela ITAIPU BINACIONAL estão acampados à beira de uma estrada em Foz do Iguaçu. Vieram em busca de diálogo para resolver de uma vez por todas os problemas das indenizações justas a que têm direito ao ceder suas propriedades à hidrelétrica. Foram recebidos pelas armas da própria empresa e da Polícia Militar. Foi-lhes negado o direito constitucional de ir e vir, mesmo depois de impetrado "habeas corpus". O diálogo foi reiteradamente recusado por ITAIPU até esta data. Mas os agricultores marcharam para Foz do Iguaçu com a determinação de só voltarem com o pagamento do preço justo, de acordo com dispositivo constitucional.

Depois de sofrer pressões, ameaças, e serem praticamente ignorados, os agricultores receberam, no dia 20, um documento sem indicação de local e data de expedição, contendo a versão da ITAIPU sobre seu procedimento nas desapropriações.

Em resposta àquela nota, e para levar às autoridades e à opinião pública a correta versão dos fatos, o Movimento Justiça e Terra apresenta os seguintes esclarecimentos:

1 - Das reivindicações apresentadas à ITAIPU pelo documento aprovado na Assembléia de Itacorá (de 16/3/81), tão somente foi atendida a reivindicação de retirar as benfeitorias até o dia 30 de abril de 1982.

2 - Em sua nota, ITAIPU volta a insistir em que sempre procedeu "com justiça" na realização das desapropriações. E pretende justificar-se com o argumento de que ainda não precisou recorrer à Justiça em nenhum dos quatro mil acordos já celebrados. Trata-se de um engodo. Antes de tudo, é preciso lembrar que nas "desapropriações" realizadas até o dia 2 de março de 1.979, a expropriante não teria como apelar à Justiça, uma vez que desapropriou sem o instrumento legal que é o Decreto emanado da Presidência da República. Ademais, não está haven-

do ações na Justiça porque quem recusa a proposta de ITAIPU é simplesmente deixado de lado pela empresa. A iniciativa da ação não pode ser do agricultor, e a ITAIPU prefere usar mecanismos de pressão psicológica e econômica.

3- ITAIPU se esforça em transmitir a impressão de que os acordos celebrados até o presente foram "amigáveis", mas se esquece de mencionar os conflitos que gerou e a resistência heróica, muitas vezes calada, que acompanhou o processo durante esses 5 anos. Chegou o momento de levar a sério o tempo que ainda resta para a conclusão do programa, o que é de suma gravidade. Se em 5 anos ITAIPU conseguiu realizar apenas dois terços das desapropriações, é de esperar que para o restante - justamente os casos mais difíceis - sejam necessários mais 2 anos, se o ritmo for o mesmo. Os cronogramas do Departamento Jurídico de ITAIPU sempre de novo foram prorrogados, em vista dos preços baixos e a conseqüente resistência. Como ITAIPU vai concluir os trabalhos em menos de um ano? Certamente tanto sofrimento popular não será resolvido pela insensibilidade e teimosia dos dirigentes da empresa binacional.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PINTO DIAS, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1.981.

"PREOCUPAÇÃO COM O ÍNDICE INFLACIONÁRIO

Discurso proferido pelo Sr. Marcos Penteado, de Toledo.

Falando na abertura da XI Exposição, Marcos Penteado de Toledo afirmava: "Hoje é um dia extremamente grato à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, ao ensejo desta inauguração de sua XI Exposição-Feira ininterruptas e consecutivas, com a presença de marcantes personalidades que ora nos prestigiam, o que vem afirmar a força e a pujança, desta nossa vasta região como grande produtora de alimentos e conseqüentemente de riquezas. Como região produtora, estamos também seriamente preocupados com o índice inflacionário crescente que nos assola, e que está nos deixando insensíveis diante da majoração dos preços dos produtos que consumimos para poder produzir, que pela primeira vez na história do Brasil, já chega à três dígitos. Ao nosso ver, o Governo deveria empreender uma campanha destinada a mostrar realmente as distorções criadas por uma inflação desta ordem, e explicar realmente o que tencionamos fazer para contê-la nos próximos meses. Não podemos associar a tese, segundo a qual, a inflação tem suas raízes na majoração do preço do petróleo. Prossequindo, Toledo afirmou que: "A República Federal da Alemanha, que importa 2,7 milhões de barris diários, isto é, o triplo do que o Brasil importa, teve uma inflação de seis por cento, mesmo levando-se em conta a diferenciação do uso que se faz do petróleo, não há nada que possa justificar a vertiginosa alta dos preços que se verifica atualmente. Seria preciso descobrir as causas da descontrolada inflação deste ano, para prescrever-lhe os antídotos eficientes. Seria preciso examinar a influência que sobre ela exerceu a política salarial, com seus efeitos nos custos e nas demandas, a sobrecarga tributária, a alta dos juros, a influência da política monetária, o peso dos gastos pú-

blicos. Esta análise, deveria ser obra de uma equipe de economistas, empresários de todos os setores, representantes dos trabalhadores e de políticos. Caberia a esta equipe alertar a Nação para o perigo a que se expõe, e propor sugestões. É claro que o Governo não é o único responsável pela evolução dos preços, entretanto, para que isto fique evidente é preciso que um grupo independente do Governo, indique todos os responsáveis. Certamente isto levará à administração de remédios que exigirão mais sacrifícios. Na situação a que chegamos, entretanto, não será uma cirurgia ligeira que permitirá erradicar um mal que degenerou em câncer. Pela primeira vez, desde 20 anos, os preços dos produtos agrícolas estão em ascensão nos mercados internacionais. Caberia ao Brasil como se sabe, uma ampla área de atuação como exportador de alimentos, que se bem amparados, poderiam levar ao homem do interior, o produtor rural genuinamente brasileiro oportunidade de renda como há muitos anos não se verificava.

Infelizmente, os mecanismos governamentais, visando ao abastecimento interno, sem atingirem a instabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais tem favorecido o setor industrial e comercial de exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País. No entanto, manteremos a esperança, que é o ingrediente indispensável de combatividade, nesta hora sobretudo de se abdicar da auto-suficiência, embutida nas atitudes por muitas vezes autoritárias. Não somos como Nação, nem auto-suficientes, nem auto-deficientes. Seremos o que aprendermos a ser". No final de seu discurso o Presidente da Rural, José Marcos de Toledo agradeceu "a todos que conosco colaboram nesta promoção, pecuaristas, expositores da indústria e comércio, hortigrangeiros e avícolas, companheiros de direção, às entidades bancárias presentes, Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura e EMATER-ACARPA-PR". Disse ainda mais: "Como brasileiros, pecuaristas e produtores, nosso intuito é contribuir para o debate da política da carne, soja, milho, algodão, leite etc., visando uma solução justa. Neste sentido, damos testemunho com nosso trabalho cotidiano. A hora é de somar esforços e de falar livremente, com espírito de crítica construtiva e jamais de denegrir pessoas e dificultar soluções. Vamos todos transformar este País, que é nosso, numa grande Nação, com um povo livre, forte e bem alimentado. Ajudemos com análise criteriosa dos fatos, a criar a política oficial da carne, do leite, da soja, do milho, do algodão, olhando a aurora sem lembrar dos pesadelos."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO PINTO DIAS, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 1.981.

"DILAPIDADOR DE MANDATOS

Marçal Versiani

Pode parecer um exagero o projeto de resolução de autoria do Deputado Alceu Collares, para que casse o mandato de quem ousar propor prorrogação de mandatos, como anda ensaiando o Deputado paulista Bezerra de Melo. Mas é certamente a reação mais lógica, ainda que não seja a mais eficaz, já que

lobo não come lobo. Lógica, porque a prorrogação líquida com a própria essência do mandato de representação. Há muita gente que nega aos comunistas o direito à representação parlamentar, a título de sua notória desafeição pelas instituições da "democracia burguesa", entre as quais se destaca, em primazia, o Congresso ou o Parlamento. E haverá direito a ser titular de um mandato de representação em quem faz do diploma um papelucho e da Legislatura uma banalidade? Que defesas tem nossa democracia contra investidas subversivas - trata-se, de fato, de uma subversão das instituições - como a aventada pelo Deputado Bezerra de Melo?

O mandato parlamentar, que o diploma expedido pela Justiça Eleitoral autentica, é um título jurídico deferido pelas eleições. Tem, portanto, a mesma periodicidade destas, constituindo-se num verdadeiro golpe de Estado suprimí-las, para que o título não caduque na época em que deveria caducar. Golpe de Estado porque, se se trata de um mandato, exercido, pois, em nome e por conta do mandante (o verdadeiro o originário titular da soberania, isto é, o povo), a única prorrogação admissível é a reeleição. O resto é sempre violência contra a soberania popular.

Fez mal a nossa representação uma proposta como essa, do Deputado Bezerra de Melo. E é isso que fez sentir o Senador Jarbas Passarinho, ao qualificá-lo de "injuriosa e indecorosa". A reputação de um parlamentar prorrogacionista não vale mais que a de um batedor de carteiras: bate-se a carteira do povo, o direito do povo de ser representado por aqueles que quer e respeita. Pior é que o Deputado é fundador e proprietário de instituições educativas: que espécie de educação moral e cívica, santo Deus, se estará ministrando nas faculdades de Mogi das Cruzes?

Alguns mandatos de representação são levados tão a sério, que o povo pode fazer aquilo que pretende a resolução proposta pelo Deputado Alceu Collares: cassar o mandatário. São os mandatos "imperativos" vigentes em algumas Assembléias Legislativas de Estados da Federação norte-americana, sujeitos à re-

vogação, ou recall, por iniciativa de um certo número de cidadãos, que leva à consulta popular sobre a manutenção, ou não, do mandatário.

O fato de serem nossos mandatos, pela Constituição, representativos, não imperativos, não dá, entretanto, carta branca a suas excelências, deputados e senadores, para nos virem com qualquer imoralidade. Embora não sejam representantes, depois de eleitos e diplomados, de um grupo específico de eleitores e sim do povo como um todo, representam um povo que tem padrões mínimos de dignidade pública, que tem opções bem definidas pela forma democrática de governo, a qual exclui os encargos por tempo indeterminado. Se, pois, esse povo não pode destituir seus mandatários uma vez eleitos, se tem às vezes que pagar, por quatro ou oito anos, peios erros que cometeu, que pelo menos não se adte a possibilidade de corrigí-los. E de educar-se bem, por meio de eleições de periodicidade constante: esse é o currículo do cidadão participante, como há um currículo do estudante universitário, em Mogi das Cruzes e alhures...

O mandato é simétrico de uma Legislatura (deputados) ou duas (senadores), como uma República o é de uma Constituição. E essa simetria tem sua sabedoria: as instituições evoluem, modernizam-se, renovam-se por meio do rodízio de nomes dos que serão responsáveis por elas. Se reeleitos, os representantes passam aos poucos à categoria do que se costuma chamar de grandes reservas da nacionalidade: reservas cívicas, reservas morais, na situação ou na oposição.

A proscrição de eleições nos exauriu seriamente tais reservas e respectivas lideranças. Com maior razão, prorrogacionistas como o Deputado Bezerra de Melo deverão ser considerados dilapidadores.

Quem nos defenderá contra eles a democracia?

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 1981

A T I V O		P A S S I V O	
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
DISPONÍVEL		PESSOAL	
201.101 -- Tesouraria	10.759.463,74	201.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	65.900.000,00
		211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	38.500.000,00
		211.103 -- Contribuições de Prev. Social	1.600.000,00
		211.104 -- Outras Obrigações Patronais	220.000,00
		211.105 -- Inativos	31.800.000,00
		211.106 -- Pensionistas	5.180.000,00
		211.107 -- Salário-Família	800.000,00
		211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	200.000,00
			144.200.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 -- Venc. e Vantagens Fixas	65.666.765,55	211.201 -- Material de Consumo	2.600.000,00
202.111.12 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	38.147.603,42	211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	25.000.000,00
202.111.21 -- Contribuições de Prev. Social	1.449.589,02	211.203 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	400.000,00
202.111.22 -- Outras Obrigações Patronais	210.705,99	211.204 -- Subvenções Sociais	- 0 -
202.112 -- Material de Consumo	3.029.881,61	211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.113 -- Serviços de Terceiros e Encargos	31.719.253,82	211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -
202.114 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	391.186,82		28.000.000,00
202.121 -- Subvenções Sociais	7.830.000,00	CAPITAL	
202.122.1 -- Inativos	31.766.928,18	211.301 -- Obras e Instalações	4.200.000,00
202.122.2 -- Pensionistas	5.063.135,52	211.302 -- Equip. e Material Permanente	300.000,00
202.122.3 -- Salário-Família	777.511,00		176.700.000,00
202.122.4 -- Apoio Financeiro a Estudantes	196.758,60	CREDORES	
202.122.5 -- Assist. Médico-Hospitalar	1.375.000,00	212.101 -- Despesas Empenhadas	5.743.943,58
202.122.6 -- Outras Transferências a Pessoas	5.974.000,00	213.101 -- Despesas Processadas	12.398.904,28
202.131 -- Obras e Instalações	500.000,00	213.20 -- Folha de Pagamento	425.095,00
202.132 -- Equip. e Material Permanente	46.445,00		18.567.942,86
	194.144.764,53	CONTAS PENDENTES	
		215.101 -- Outras Contas Pendentes	1.198.247,07
CONTAS PENDENTES		RESTOS A PAGAR	
203.101 -- Despesas Diferidas	- 0 -	216.10 -- Empenhadas	1.265.018,98
203.201 -- Outras Contas Pendentes	513.483,50	216.209 -- Processadas Credores	3.297.021,48
		216.30 -- Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 -- Procces. Folha de Pagamento	- 0 -
			4.562.040,46
		CREDORES DIVERSOS	
		217.10 -- Consignações	4.389.481,38
			28.717.711,77
TOTAL DO ATIVO	205.417.711,77	TOTAL DO PASSIVO	205.414.711,77

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 02 de Abril de 1981.

a) DIRETOR FINANCEIRO

a) CONTADOR GERAL